



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA**

ALVARO GIANNINI ALCANTARA VARELA

**A DIDÁTICA DAS COISAS: REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO
HOMEM/DINHEIRO UTILIZANDO A CULTURA MATERIAL NO
ENSINO DE HISTÓRIA**

**NATAL – RN
2024**

ALVARO GIANNINI ALCANTARA VARELA

A DIDÁTICA DAS COISAS: REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO HOMEM/DINHEIRO
UTILIZANDO A CULTURA MATERIAL NO ENSINO DE HISTÓRIA

Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), visando a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Airon Silva.

NATAL – RN

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes -
CCHLA

Varela, Alvaro Giannini Alcantara.

A didática das coisas: reflexões sobre a relação
homem/dinheiro utilizando a cultura material no ensino de
história / Alvaro Giannini Alcantara Varela. - 2024.
88f.: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande
do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa
de Pós-Graduação Mestrado em Ensino de História, Natal, RN,
2024.

Orientação: Prof. Dr. Roberto Airon Silva.

1. Ensino de História. 2. Numismática. 3. Cultura Material.
4. Arqueologia. 5. Museologia. 6. Gamificação. I. Silva, Roberto
Airon. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 94:37

Elaborado por Ana Luísa Lincka de Sousa - CRB-15/748

ALVARO GIANNINI ALCANTARA VARELA

A DIDÁTICA DAS COISAS: REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO HOMEM/DINHEIRO
UTILIZANDO A CULTURA MATERIAL NO ENSINO DE HISTÓRIA

Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), visando a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Banca Examinadora:

Roberto Airon Silva (PROFHISTORIA-UFRN) – Orientador

(PROF. HISTÓRIA – UFRN) – Avaliador Interno

(PROF. HISTÓRIA) – Avaliador Externo

(PROF. HISTÓRIA) – Avaliador Externo (Suplente)

DEDICATÓRIA

Dedico,

Dedico tempo,
Dedico esforço,
Dedico vida,
Talvez seja isso, ser professor,
Dedicar-se,
Mesmo que em vão,
Dedicar-se,
Mesmo para um ou um milhão,
Dedicar-se,
Talvez seja isso, viver com fervor,
Dedicar-se,
Ao que acredito,
Dedicar-se,
A Minha esposa,
Aquele que é o meu destino, o meu sorriso, o meu abrigo
Dedicar-se,
A família, que amo e sigo,
Dedicar-se,
Ao propósito diário, de ser melhor
ao que fui, de querer um bem maior,
aos que amo,
Dedicar-se,
Em me orgulhar das pequenas vitórias
e das memórias que me conduzem a reinvenção,
e assim, posso gritar de coração,
que feliz eu sou pelo que tenho
e ao que meu eu alcançou.

Álvaro Varela, 2024.

RESUMO

O presente trabalho constrói uma abordagem sobre a didática das coisas sob a ótica da Cultura Material (histórica e arqueológica), do Ensino de História e da Numismática, para isso usaremos a moeda como materialidade integradora dos segmentos científicos envolvidos, analisando sua polissemia e utilizando essa característica como ingrediente potencializador das aulas de história. O fio condutor do trabalho situa-se no contexto problematizador de desorientação histórica que a sociedade capitalista contemporânea vive, atrelado ao cenário de desmaterialização monetária, enquanto o cotidiano dos jovens é de afastar-se da concretude, naufragando-se no ciberespaço e em suas formas digitais, implicando numa relação torpe entre homem/dinheiro, o ensino de história busca aliados nos estudos numismáticos e da cultura material para promover uma orientação histórica empoderadora de valor social e protagonismo, que conduz o aluno a investigação da relação homem/dinheiro, a museologia e a gamificação somam-se a esse processo de elucidação sócio-histórica na ampliação de produtos didáticos.

Palavras-chaves: Ensino de História; Numismática; Cultura Material; Arqueologia; Museologia e Gamificação.

ABSTRACT

The present work builds an approach to the didactics of things from the perspective of Material Culture (historical and archaeological), History Teaching, and Numismatics, for this, we will use the coin as an integrating materiality of the scientific segments involved, analyze its polysemy and using this characteristic as an enhancing ingredient in history classes. The guiding thread of the work is located in the problematizing context of historical disorientation that contemporary capitalist society experiences, linked to the scenario of monetary dematerialization. At the same time, the daily lives of young people involve moving away from concreteness, sinking into cyberspace and its digital forms, implying a clumsy relationship between man/money, history teaching seeks allies in numismatic studies and material culture to promote an empowering historical orientation of social value and protagonism, which leads the student to investigate the man/money relationship, museology and gamification add to this process of socio-historical elucidation in the expansion of teaching products.

Keywords: History Teaching; Numismatics; Material Culture; Archaeology; Museology and Gamification.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa Conceitual sobre a Proposta Analítica do Capítulo	28
Figura 02 – Abordagem Ontogenética sobre a origem do Dinheiro por Carl Menger	31
Figura 03 – Mapa Conceitual sobre a Proposta Analítica do Capítulo 3	37
Figura 04 – Moeda datada de 1889, do acervo particular de Josias Alcântara da Silva	40
Figura 05 – Mapa Conceitual sobre a Proposta Analítica do Capítulo 4	58
Figura 06 – Início do Roteiro Interativo	69
Figura 07 – Andamento do Roteiro Interativo – Parte 1	70
Figura 08 – Andamento do Roteiro Interativo – Parte 2	71
Figura 09 – Andamento do Roteiro Interativo – Parte 3	72
Figura 10 – Andamento do Roteiro Interativo – Parte 4	73
Figura 11 – Andamento do Roteiro Interativo – Parte 5	74
Figura 12 – Andamento do Roteiro Interativo – Parte 6	75
Figura 13 – Andamento do Roteiro Interativo – Parte 7	76
Figura 14 – Andamento do Roteiro Interativo – Parte 8	77
Figura 15 – Andamento do Roteiro Interativo – Parte 9	78
Figura 16 – Andamento do Roteiro Interativo – Parte 10	79
Figura 17 – Andamento do Roteiro Interativo – Parte 11	80
Figura 18 – Final do Roteiro Interativo	81

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 01 – Respostas sobre conhecimento do Pix	55
Gráfico 02 – Respostas sobre uso de dinheiro físico	56
Gráfico 03 – Respostas sobre desmaterialização	58
Quadro 01 – Questionário da Pesquisa	49
Quadro 02 – Questionário da Pesquisa com as Respostas dos Participantes	49

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – HISTORICIZANDO A TRAJETÓRIA DOCENTE E O ENCONTRO COM O OBJETO DE ESTUDO	11
CAPÍTULO 2 – NOÇÃO HISTORIOGRÁFICA PARA O USO DA ARQUEOLOGIA E CULTURA MATERIAL NO ENSINO DE HISTÓRIA	19
2.1 Analisando a Ciência da História	19
2.2 Um diálogo entre arqueologia, história e ensino de história	20
2.3 Conceituando cultura material e valorando o ensino de história	23
CAPÍTULO 3 – A HISTORIOGRAFIA DO DINHEIRO, DO MUNDO DIGITAL E DAS NOÇÕES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	29
3.1 Discutindo a origem do dinheiro e suas implicações conceituais	29
3.2 A imersão da cultura digital e do capitalismo contemporâneo nas aulas de história	32
CAPÍTULO 4 – UNIVERSO NUMISMÁTICO: A DIGITALIZAÇÃO MONETÁRIA E A SOBREVIVÊNCIA DO PAPEL MOEDA	38
4.1 O uso da numismática no Ensino de História	39
4.2 A digitalização/desmaterialização do dinheiro e sua influência no cotidiano dos jovens	43
4.3 A relação homem/dinheiro e seus desdobramentos na prática docente	45
CAPÍTULO 5 – ENTRE MUSEUS E SALAS DE AULA: O MUNDO DIGITAL E AS MOEDAS NO ENSINO DE HISTÓRIA	59
5.1 O museu como um espaço educativo no ensino de história	59
5.2 A construção de um roteiro interativo	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	83

INTRODUÇÃO

A Didática das coisas é uma forma de compreender e aprender sobre o mundo através de sua concretude, de sua materialidade, mas isso não quer dizer que devemos excluir ou fechar os olhos para as emoções, as oralidades, os escritos que nos cercam, mas de nos somar ao todo.

A história e a docência são partes indivisíveis e fundamentais na organização desse trabalho, a educação é formada por pessoas, que buscam espaços, que buscam tempos, espaços de vida, espaços calados e silenciados, tempos passados e perspectivas de tempos futuros, o ensino de história é o que sedimenta a construção da teoria e da aplicabilidade do eu professor.

Em um país possuidor de uma história tão complexa, conflituosa e diversa, como o Brasil, vemos cotidianamente o desprestígio da ciência histórica em discursos proferidos por governantes e outras figuras, sejam nas grandes mídias ou nas independentes, as vozes dissidentes da massificação precisam se fortalecer, se integrar uma propositiva ação de orientação histórica que emancipe a educação das amarras do capitalismo contemporâneo.

O florescimento da vontade de poder, de transformar e de agregar se iniciou muito antes do nascimento do meu “eu professor”, compartilhar a curiosidade e o desejo de compreender a materialidade que tive com meu falecido avô, nas conversas e conjecturas sobre as histórias que cada moeda de sua coleção guardava potencializou minha escolha de me tornar um educar apaixonado pelas temáticas arqueológicas.

O ingresso no curso de licenciatura em História pela UFRN veio quase que imediatamente a minha entrada no Laboratório de Arqueologia (LARQ) coordenado pelo professor Roberto Airon, ainda no meu primeiro ano de graduação, logo me tornei voluntário e posteriormente alcancei o privilégio de ser bolsista e me envolver na engrenagem de funcionamento desse espaço experimental e elucidativo, o LARQ, os motivos outrora, pessoais e familiares foram gradativamente se transformando em um desejo político-pedagógico, isto é, para obter uma maior compreensão da ciência da história e de sua relação com a materialidade só seria possível com um mergulho profundo sobre a dinâmica social do meio escolar

O presente trabalho procura se somar a esse cenário de luta, buscamos aqui fazer uso da cultura material, do ensino de história e da materialidade numismática como um portal de redimensionamento do cotidiano escolar, felizmente muitos colegas professores estão cotidianamente dedicados a promover essa (didática das coisas) e outras formas de mediar a

apropriação dos nossos jovens alunos sobre o saber científico, motivando-os nos seus respectivos papéis de atores históricos.

O objetivo desse trabalho reside na compreensão da relação do homem com a materialidade, especificamente a monetária, e os desdobramentos desse processo no mundo digitalizado/desmaterializado, criado pelo capitalismo contemporâneo, imersos no cenário escolar, os capítulos estão circunscritos na relação do homem/dinheiro, para analisar esse processo buscamos teorizar e discutir conceitos fundamentais das ciências histórica, arqueológica, numismática e museológica, assim como problematizar as barreiras e obstáculos encontrados na instrumentalização desses conceitos em sala de aula, sem abdicar das vozes dos alunos, por isso se tornou necessário capturar suas impressões por questionários aplicados no transcorrer da vivência em sala de aula, para enfim confeccionar um produto que integre e potencialize o ensino e o aprendizado da cultura material,

Nos debruçar sobre a origem e conceituação do dinheiro, em constante diálogo com as sistemáticas operacionais da arqueologia e da história, para submergir no universo numismático, outrora subvalorizado, mas que vem sendo trabalhado cada vez mais nas atividades escolares, ampliando os horizontes de pesquisa histórica na educação básica, por meio de um objeto comum, que manuseamos corriqueiramente, as moedas, vestida de polissemia e que apesar de sua existência secular, vive um momento de incerteza atrelada às novas demandas do capitalismo contemporâneo que procura a instantaneidade das relações comerciais e novos mecanismos de controle.

E ao fim, chegaremos num novo começo sobre a construção de um produto didático que realce cada segmento científico apresentado ao longo dos capítulos, o resultado é a confecção de um roteiro interativo, que integra o tripé da didática das coisas, já mencionado.

A construção desse produto traz à tona os desafios do mundo atual, que busca estabilidade em meio a instabilidade do fugaz, do volátil, do imediato, tornando-se imperativo e necessário a captação da motivação e do protagonismo que esses jovens precisam possuir sobre suas próprias vidas, com a ambição de superar os obstáculos que o mundo os coloca dia após dia.

O que buscamos é nos somar a luta, trabalhando em cima da compreensão histórica do indivíduo, fazendo-o analisar mentalidades e comportamentos que desdobram-se em concretudes ressignificadas pelo transcorrer do tempo, cabendo o ensino de história efetivar seu dever social de mediar o processo de empoderamento dos jovens sobre a compreensão do conhecimento histórico.

CAPÍTULO 1 – HISTORICIZANDO A TRAJETÓRIA DOCENTE E O ENCONTRO COM O OBJETO DE ESTUDO

A minha relação com a docência transcende a esfera profissional, desde criança pude acompanhar a luta e os desafios de meu pai e minha mãe, professores de história e português, respectivamente, da rede pública do estado do Rio Grande do Norte e do município de São José de Mipibu, dessa forma acabei construindo uma imagem da educação brasileira como uma “grande maratona”, na qual a linha de chegada é empurrada cada vez mais distante, como se o sistema político-social conduzisse a sociedade brasileira a acreditar que mudar seja impossível, na qual aqueles que desejam algum tipo de mudança ou evolução fossem obrigados a sacrificar-se diariamente, exaustivamente visando uma conquista que talvez nunca seja alcançada, o sentimento de fazer parte daqueles que combatem o sistema e procuram fazer a diferença foi pouco a pouco contaminando meu ser, somado à curiosidade que compartilhava com meu avô sobre estudar objetos antigos me colocou na posição de professor/historiador que estou hoje.

Durante o curso de graduação, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) me dispôs a viver o mais precoce possível o ambiente de sala de aula, trabalhando como monitor em cursinhos e mesmo como professor em pequenas escolas particulares, durante os estágios supervisionados me deparei com um duro golpe de realidade, na qual a escola que optei estagiar não tinha professores de história suficiente para a demanda de turmas que ali existiam, cabendo a mim a dura missão de ensinar história ao mesmo tempo que aprendia a ser professor, hoje percebo que a formação é um processo contínuo e interminável, o amadurecimento como profissional da educação está diretamente relacionado com as constantes transformações sociais que influencia na concepção de valores, atitudes e emoções dos jovens/alunos, sendo assim, o ensino é um instrumento de poder substanciado por um dever social.

Após a conclusão do curso de graduação em História, ingressei numa pós graduação em História e Cultura no Brasil, por uma instituição privada, a Universidade Estácio de Sá e hoje encontro-me no Mestrado Profissional em Ensino de História, da UFRN. Não faria sentido traçar um percurso acadêmico sem que ele estivesse alinhado com os desafios que se colocaram a mim no chão da escola, hoje me encontro como professor de ambas as redes de ensino, público e privado, felizmente, vivenciar ambas realidades é uma experimentação de alto valor reflexivo, principalmente quando condiciono minha análise ao ensino de história, é possível inferir diante das observações e vivências que adquiri nas escolas em que lecionei e

ainda trabalho é a maneira como se propõe o conhecimento histórico, em sua maioria, descolado das etapas metodológicas de construção da ciência da História.

O contexto que apresento não deve ser tomado como uma afirmação cristalizada, mas como um meio transitório da educação no Brasil, fazendo alusão às ideias de Jorn Rusen, discutidas por Schmidt *et al.* (2017), em sua obra: **“Dossiê: sentido e relevância da História no mundo contemporâneo”**, percebemos que as escolas particulares e públicas, insistem em escala variada, na reprodução de uma “educação bancária” – pensamento freireano problematizado por Schmidt, isto é, sem associação com o principal ator do processo de ensino e aprendizado que é o aluno, fazendo-o um mero receptáculo de toneladas de conteúdos, professores e alunos acabam presos numa armadilha sistemática de um projeto civilizacional capitalista, produtor de desigualdades e que procura impedir a consolidação do verdadeiro objetivo da educação, a constituição de cidadãos críticos e reflexivos, capazes de pensar e agir visando superar os problemas sociais. (Schmidt *et al.*, 2017).

Crianças, jovens e adultos buscam incansavelmente se reconhecer como indivíduos detentores de valores particulares e coletivos, ou seja, seres sociais, a escola tem o dever de ajudar nesse processo. Uma sociedade sem orientação histórica corre o risco de mergulhar num profundo caos, o sociólogo, Durkheim (2008), em sua obra: **“A Educação Moral”** nos trouxe um importante conceito, chamado de anomia, definido como uma desintegração do indivíduo como ser social, isto é, as pessoas não se reconhecem como integrantes de uma sociedade, tornando as normas e valores do bem estar coletivo frágeis e sem poder de ação e colaboração, fazendo o “eu” e o “outro” elementos disformes e sem orientação existencial; o mundo, o qual chamamos de lar, acaba dando amostras desse distúrbio social. (Durkheim, 2008).

Diante desse tempestuoso cenário, a História, e mais precisamente o Ensino de História deve servir como um antídoto a esse patógeno, logo, as salas de aula se tornam verdadeiros campos de batalha, onde ideias se chocam e se modificam, fazendo os seus participantes negociarem novos saberes, remodelando antigos e consolidando tantos outros, a aproximação da ciência da história no cotidiano da educação básica passou a ser um caminho inevitável para aqueles que desejam solucionar tal problemática.

A primazia desse trabalho reside no estudo sobre a historicidade cultural e seus desdobramentos econômicos, sociais e políticos imersos no cotidiano escolar, a investigação procura utilizar a arqueologia e o estudo da cultura material como meio formador de uma orientação histórica para os alunos do ensino básico. Os desafios de ser um professor pesquisador fez a presente pesquisa transitar hegemonicamente pela experiência na rede

privada de ensino, por ser meu foco de observação a mais de seis anos, em comparação com a rede pública, a qual ingressei a pouco mais de um ano (como professor temporário do município de Natal/RN), é importante salientar que durante a minha estadia no mestrado acabei trabalhando em diferentes escolas particulares, a rotatividade e a instabilidade empregatícia nos colégios privados, me impediu de promover uma análise num único grupo focal, por esse motivo a construção deste trabalho foi conduzida por um olhar geral sobre as intervenções aplicadas nas escolas em que obtive experiência.

Entre o primeiro semestre de 2022 e o segundo semestre de 2023 (período de duração do mestrado) trabalhei no Centro Educacional AgnusDei, localizado no bairro Parque Industrial, da cidade de Parnamirim e no Colégio Ação, localizado no bairro Neópolis, da cidade de Natal, além do Colégio Fênix, localizado no bairro Vale do Sol, da cidade de Parnamirim, sendo este último o que ainda mantenho vínculo trabalhista. Importante destacar que cada uma dessas escolas é possuidora de uma cultura escolar distante, com seus valores educacionais e métodos de ensino próprios.

Historicamente, a rede privada despontou na frente da rede pública no quesito infraestrutura, por motivos diversos, mas que devemos destacar o projeto liberal capitalista que dominou o mundo ocidental desde a supremacia estadunidense como modelo de sucesso do sistema, sendo assim, as más gestões do aparato público, sucateia a materialidade e destrói a credibilidade das escolas públicas de ensino básico, Nascimento (2015) em sua tese de doutorado: **“Ensino de História em Escolas Públicas e Particulares de Belém-Pará: encaminhamento pedagógico e comprometimento ideológico”**, trouxe essa discussão comparativa sobre as escolas particulares e públicas, tomando como recorte espacial o Estado do Pará, e ratificou a ideia da gestão pública de promover políticas que beneficiam a esfera privada educacional, desmantelando o ensino público: [...] o Estado prioriza a política econômica das escolas particulares para se ver livre de suas obrigações. À medida que diminui o interesse pelas escolas públicas, conseqüentemente há uma grande demanda pelas escolas particulares, consideradas de “bom nível” na “empresa cultural”. (Nascimento, 2015, p. 67).

A desqualificação das escolas públicas explicita um caráter ideológico, a imersão do Brasil nesse cenário perigoso é resultado da reprodução de um ideário fomentado pelas elites econômicas, mentoras da opressão, ofuscando a nitidez da real situação, em ambos os casos, público ou privado, o aluno é condicionado indiretamente e ou diretamente a agir como um leitor/copiador de conteúdo, porém, a educação sempre busca meios de sobreviver as amarras opressoras, aqueles que a vivenciam diariamente, professores e alunos em sua essência,

buscam alcançar um redirecionamento do processo de ensino e aprendizado, emergindo a produção de um saber histórico, fruto de um canal de aprendizado participativo e colaborativo, na medida que capacitamos os alunos a utilizar instrumentos metodológicos da ciência da história, potencializando o desenvolvimento da cultura escolar crítica e reflexiva.

Dessa forma, o contexto escolar privado, apesar da infraestrutura robusta e da melhor condição financeira das famílias, não inibe a desorientação material e histórica dessa parcela social. Tomando como referência as que trabalhei durante o mestrado, existe uma equiparação na estrutura curricular, abrangência comunitária, segmentação de anos e séries, do infantil ao ensino médio, e condições materiais, como oferta ilimitada de internet e equipamentos multimídia.

A presente pesquisa acontece no desenrolar do século XXI, período da “Nova República”, isto é, das décadas posteriores ao fim da ditadura civil-militar brasileira. De 1980 para cá, inúmeros avanços aconteceram na estruturação da educação brasileira, desde então preocupada em democratizar os meios de ensino, os governos Sarney, Collor, Itamar e FHC adotaram uma agenda neoliberal, alinhando um projeto de nação comprometido em beneficiar os setores privados e o capital internacional, ao mesmo tempo que se tentou combater o cenário inflacionário de nosso país criando e fortalecendo uma nova moeda, com o advento do Plano Real.

A nova constituição, por meio da pressão popular, aproximou as demandas sociais ao corpo do texto lei, ampliando direitos e contemplando setores, outrora excluídos pelo regime autoritário. No artigo, **“O público e o privado na educação brasileira: inovações e tendências a partir dos anos de 1980”**, escrito pela Bonamino (2012), observamos como o texto constitucional apesar de “revolucionário” ao nível Brasil, deixou brechas sutis para a inserção do setor privado em importantes áreas sociais que deveriam ser preenchidas, mais rigorosamente, pelo Estado brasileiro. (Bonamino, 2012).

Em continuidade com Constituições anteriores, o “direito de todos e dever do Estado” continua dever da “família”, o ensino é livre à iniciativa privada (art. 209), desde que atenda a determinadas condições, e os recursos públicos podem ser destinados às modalidades não-lucrativas da iniciativa privada em educação. [...] Nesses enunciados, observa Cunha (1995, p. 445), atenua-se o papel do Estado na educação: família e sociedade aparecem no lugar do Estado ou junto dele, como eufemismos que ocultam o nome das sociedades comerciais e religiosas que, de fato, interessam ao privatismo educacional. (Bonamino, 2012, p. 05).

A nova constituição e especificamente a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), proposta na década de 1990, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), impulsiona uma estrutura educacional descentralizada no que tange a execução do ensino, agora promovida pelas esferas estaduais, municipais, privadas e pondo sobre responsabilidade da União a avaliação dos resultados educacionais, Bonamino (2012, p. 07) conclui a reflexão sobre essa problemática da seguinte forma: “Em síntese, pode-se dizer que a LDB acaba por colocar a política educacional ante uma nova forma de gestão estatal, na qual, através da descentralização, se flexibiliza a base da oferta escolar, enquanto a União se reserva o poder de avaliar centralizadamente os resultados educacionais.”.

A reflexão sobre a expansão do ensino privado dentro da sociedade está diretamente relacionada com as nuances contidas em nossa constituição, que permitem a imersão do mercado e da lógica capitalista no ensino de história, talvez o processo de desorientação ou dificuldade de compreensão das transformações econômicas, nas aulas de história sejam partes de um complexo e tortuoso processo de avanço da educação brasileira, que resiste, e procura fôlego, almejando a plena liberdade de ensinar e refletir sobre si e sobre a sociedade que a acolhe.

A discussão que pretendo aplicar neste trabalho busca alcançar um redirecionamento didático nas aulas de História. Emergindo a produção de um saber histórico, fruto de um canal de aprendizado participativo e colaborativo, em que alunos munidos dos instrumentos metodológicos da ciência da história possam ser capazes de reconfigurar a cultura escolar e consequentemente modificar a realidade social.

Dessa forma é visceral analisar o sistema capitalista que rege a contemporaneidade, é nítido a maneira como o dinheiro está imerso na maioria das relações políticas, sociais, econômicas, culturais e religiosas do nosso dia a dia, pode parecer banal, mas comparar a dimensão e ou o quantitativo do que entendemos como dinheiro ou riqueza hoje é bem diferente de décadas e séculos passados, o mundo digital modifica as formas monetárias em algarismos virtuais, somado a esse processo, estamos imersos num mundo cibernético, onde nossas vidas são “ofertas” em redes sociais, cabendo-nos gerenciar o grau de permeabilidade que os outros tem acesso ao nosso íntimo, “mercadorizando” nosso cotidiano, os jovens objetivam um enriquecimento rápido, operado pela indústria de aplicativos, porém, nessa mesma linha enxergamos o aumento da pobreza. Paul Lafargue, através da obra de Marx (2012) promove uma análise sistemática sobre os principais conceitos da **obra marxista “O Capital”, fazendo-o criar um livro de extratos desse clássico** das ciências humanas, que

nos ajuda a entender o conceito de mercadoria e como ele incide sobre a sociedade contemporânea:

A mercadoria é um objeto produzido pelo trabalho humano, que é trocado por seu produtor em vez de ser por ele consumido e que, por suas propriedades, satisfaz às necessidades humanas de qualquer natureza, diretamente como meio de subsistência ou indiretamente como meio de produção. (Marx, 2012, p. 13).

O pensamento marxista fomenta a mercadoria e o valor dado a ela como um processo utilitário do ser humano, diversificando seu valor de acordo com fatores de tempo, escassez, esforço de confecção etc. a questão é problematizar que a contemporaneidade, contraditoriamente, impulsiona a mercadorização de nossas vidas pessoais no mundo digital, direcionando potencializar o consumo e a publicidade de outros itens, ou seja, se eu prendo o indivíduo a uma rede social por muito tempo, maior será a inundação de seu subconsciente a propagandas de vendas de produtos diversos, necessários ou não, a sua vida, e cada vez que frequentamos determinada rede social, mais adentramos numa espiral de influência de consumo, a imersão precoce das crianças e jovens a esse metaverso, os conduzem a uma espécie de desorientação histórica.

Esse caótico desenho social retumba na configuração da mentalidade coletiva, desencadeando a formação de uma frágil maturidade financeira, aspecto essencial para a sobrevivência desse ciclo de desigualdade, onde miramos as exceções de sucesso, revoltando-nos por pertencermos a regra, essa frustração sistemática alimenta inúmeras plataformas virtuais, esse panorama reverbera no chão da escola, nas aulas de História, e na preocupação dos alunos com suas obrigações de estudante, sempre colocando-as em segundo plano, pois o êxito na carreira escolar demanda tempo e dispêndio de força e concentração.

A discussão proposta chega ao ponto de questionarmos se educar é um elemento essencialmente humano, fator de diferenciação da nossa espécie em relação a outros seres biológicos que co-habitam o planeta. Será que o homem ainda seria homem, sem a educação? Perguntas como essa de caráter filosófico podem ajudar a mensurar o melhor caminho no problema que vos apresentei, muito se questionou se o homem é um ser que pensa, como o pensamento aristotélico, ou que o homem é um ser que trabalha, divergindo da visão do grego Aristóteles, mas será que o homem é um ser que ensina?. Saviani (2017), em seu artigo: **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**, alude importantes questionamentos sobre essa reflexão, quando recorda a filosofia bergsoniana, que leva-nos a pensar o homo sapiens como um ser produtor, um fabricante de tecnologia ou cultura material, e que por meio disto ele adapta a natureza a si, e não ele que deve se adaptar a

natureza, dessa forma o trabalho de moldar o mundo a sua existência, ratifica que o trabalho é essência do homem, essência essa feita e condicionada pelo próprio homem, por sua vez deve ser aprendida, pois o homem não nasce detentor de conceitos e técnicas, Saviani (2017) situa a discussão da seguinte forma:

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. Saviani (2017, p. 154).

É dentro dessa perspectiva que pretendo utilizar a materialidade, melhor definida como cultura material, como uma ferramenta didática no ensino de história, algo que já vem sendo desenvolvido em outras áreas e vem crescentemente sendo aplicado no campo do ensino de história. As coisas que nos cercam são potenciais instrumentos didáticos, um objeto, um artefato, seja ele cotidiano ou colecionável guarda memórias abertas e visíveis, assim como memórias trancadas e não expostas, saber investigar essa teia de lembranças nos conduz a compreender um sentido histórico, sendo uma forma dos nossos jovens de se prepararem para as crises que surgem no horizonte do nosso futuro, sejam elas particulares, como um problema familiar, ou coletivas, como a destruição de patrimônios para a viabilização de arranha-céus, esquecer não é a única opção de viver, recordar o passado e conduzi-lo a ser uma ferramenta de luta também deve ser uma opção, o art. 35 da LDB endossa que durante o ensino médio o saber científico deve ser prioritário¹, norteador o protagonismo dos jovens no uso da ciência da história. (Brasil, 1996).

A numismática, por exemplo, (ramo da arqueologia que se dedica a analisar o ponto de vista histórico de moedas e medalhas) apresenta um incrível potencial utilitário, por sua tipificação comum de uso frequente no dia a dia das pessoas nos mais diferentes tempos, analisar a relação de dependência entre homem e dinheiro por meio desse tipo material auxiliará os alunos na procura por instrumentos transformadores da realidade, afinal, a História apresenta exemplificações e abordagens diversas de como o homem se relaciona com a riqueza.

¹ “[...] o ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidade: IV - a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.” (Brasil, 1996, p. 11).

A proposta não deve se limitar a certos nichos de problematização, mas condicionar o aluno a aprofundar seu olhar investigativo, é um processo elevadamente dificultoso, extrapolar essa fronteira analítica, fazer com que eles procurem perguntas norteadoras, o bom rendimento desse processo de ensino, exige que atuemos como mediadores, incitando-os a questionar sobre a fabricação ou não produção de um certo objeto, e de como isso pode incidir sobre as relações socioeconômicas de um determinado período, ou que comportamentos socioculturais podem ser extraídos da morfologia de um dado artefato, por exemplo, uma moeda, auxiliando no esclarecimento de quais grupos sociais estavam no poder e detinham hegemonia sobre os meios produtivos e quais foram excluídos e por que foram distanciados.

Como forma de facilitar os desdobramentos do ensino de história, a partir do uso da cultura material, construiremos um roteiro interativo, levando para o chão da escola um “mapa colecionista”, em outras palavras, trazendo o acesso a diferentes coleções numismáticas contidas em arquivos museológicos digitais contidas em um roteiro didático, visando o aperfeiçoamento da dinâmica do ensino de história balizada na arqueologia dentro das salas de aula, o estudo da materialidade monetária é um caminho, dentre muitos, que deve ser usado como um viés de orientação histórica para jovens e crianças.

CAPÍTULO 2 – NOÇÃO HISTORIOGRÁFICA PARA O USO DA ARQUEOLOGIA E CULTURA MATERIAL NO ENSINO DE HISTÓRIA

Ao longo do tempo, o caráter disciplinar da História foi sendo redimensionado inúmeras vezes, tornando sua análise e reflexão um processo complexo. A compreensão do poder transformador da história como canal para modificar a sociedade deve partir do reconhecimento dela como uma ciência, sendo assim, é necessário discutir a construção do pensamento histórico, quem o faz, como o faz, sob quais motivações e por quais métodos, dessa forma justificamos sua racionalidade e cientificidade.

2.1 Analisando a Ciência da História

Por vezes a ciência da história se preocupou em analisar a aquisição do conhecimento histórico, endossando o rigor do método na procura pelo “néctar” mais puro do passado, exaltando a veracidade dos fatos (esse tipo de historicização foi fortalecido pelo positivismo de Augusto Comte²), felizmente, com o passar do tempo, historiadores e outros pesquisadores da área historiográfica redirecionaram seus esforços modificando a compreensão sobre a ciência da história. Jörn Rusen, foi um desses nomes, os trabalhos que desenvolveu desde a década de 1980, transformou a perspectiva que detemos da história como ciência, na medida que promove uma composição teórica inovadora, problematizando o recorte histórico de maneira multifocal (refletindo sobre o caráter disciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar).

Reis (2017), em publicação para a revista de história da USP, comenta os trabalhos de Rusen e destaca sua obra revisionista: “**Rusen e a Teoria da História como Ciência**”, na qual o autor, faz uma reflexão sobre o amadurecimento de suas ideias, ratificando o papel da história como orientadora da vida, defendendo que o processo de aquisição do saber histórico deve estar intimamente relacionado com a vida prática de seus integrantes. A sua composição imagética, aproximou o ensino de história a ciência da história, aumentando o fluxo de ideias e práticas entre o meio acadêmico e a educação básica. (Reis, 2017).

Em suma, entendemos a importância da história positivista, na evolução da ciência da história, mas não podemos nos aproximar exacerbadamente a esse prisma conceitual e metodológico na consumação do ensino de história, por seu distanciamento da práxis e seus tons mórbidos e frios, diante da vivacidade contida nas relações sociais que configuram a

² O autor Lincoln de Abreu Pena, discute a conceituação filosófica do pensamento positivista, na tentativa de explicar a inserção dos métodos das ciências da natureza no nicho das ciências humanas. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/POSITIVISMO.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2024.

produção do saber histórico, delineadas na teoria e didática da história de base ruseniana, a qual esta pesquisa compactua.

2.2 Um diálogo entre arqueologia, história e ensino de história

Assim como a história precisou amadurecer como ciência para estar mais próxima do contexto escolar, a arqueologia precisou se consolidar como uma disciplina independente para se fazer presente, de modo ativo, no processo de ensino e aprendizagem dentro dos espaços escolares. Essa discussão, remonta ao contexto nascedouro da arqueologia, ou seja, o século XIX, momento no qual o mundo estava presenciando uma corrida imperialista e nacionalista entre as potências geopolíticas.

Nesse período, os países buscavam reconstruir narrativas gloriosas de suas origens, foi nesse cenário que emergiu a arqueologia, atrelada a simbologia aventureira de exploradores e conquistadores, por meio destes, se almejava encontrar vestígios materiais que referendassem o sentimento nacionalista, exaltado pelos governos de grandes Estados.

Castro (2020), em seu trabalho de mestrado: **O uso da pintura rupestre da região amazônica como fonte histórica: uma possibilidade na disciplina história no sexto ano**, faz uma análise sobre a formação da arqueologia como ciência, destacando como Heinrich Schliemann, marcou seu nome, por sua ambiciosa busca pelas ruínas da histórica cidade de Tróia, e orienta-nos da maneira como Pedro Paulo Funari, um dos maiores estudiosos da arqueologia, discute a apropriação do cinema sobre a historicidade da origem dessa disciplina. “A ação dos primeiros arqueólogos colaborou, de forma marcante, para que a propagação da ideia de que o mesmo era um aventureiro, tomasse ainda mais força, caracterizada, também, como algo que não tinha grandes preocupações com uma vida acadêmica”. (Castro, 2020, p. 35).

Desconstruir esse simbolismo não foi uma tarefa fácil, podemos dizer que ainda existe, seja no imaginário acadêmico ou no senso comum, essa ideia da arqueologia como um lugar para aventureiros ou em muitos casos como uma “subciência”, isto é, que existe para suprir as necessidades da história. Essa caracterização é ratificada por muitos estudiosos, infelizmente é corriqueiro ouvir de colegas da educação, que arqueólogos atuam como auxiliares dos historiadores, sendo assim é necessário combater e desmistificar essa concepção não disciplinar e construir um canal de valorização do caráter científico da arqueologia.

Em sua extensa obra, Funari e Funari (2008), costumam destacar as contribuições do arqueólogo Gordon Childe na conquista da independência da ciência arqueológica, na medida

que ele infere que os dados arqueológicos possuem valor histórico próprio, dessa maneira não devemos enxergá-los como meras confirmações da documentação escrita. Mas afinal, como devemos conceituar a arqueologia?. Na visão de Miller Júnior (2009), professor aposentado da UFRN, a arqueologia apresenta um importante papel na compreensão do homem como um ser social que se preocupa com as questões temporais.

A Arqueologia analisa, identifica e estuda os vestígios materiais dos povos desaparecidos, com o objetivo de conhecer melhor a vida dos nossos antepassados e os problemas enfrentados e solucionados (ou não) no passado. Protegendo hoje esses objetos e vestígios do passado, estaremos salvaguardando e garantindo a compreensão e perpetuação da nossa memória social futura. Além disso, nenhum povo pode prosperar sem a memória do seu passado, pois as soluções para o futuro têm que levar em conta a experiência vivida. (Miller Junior, 2009, p. 168).

O arqueólogo e historiador, Pedro Funari, definiu a arqueologia como uma ciência em construção, que precisa consolidar a definição de seu objeto de estudo, assim como sua relação com as outras ciências humanas.

[...] a Arqueologia estuda os sistemas socioculturais, sua estrutura, funcionamento e transformações com o decorrer do tempo, a partir da totalidade material transformada e consumida pela sociedade. As principais discussões sobre o que seja Arqueologia derivam, justamente dessa ambivalência, ou seja, do fato de que tem como objetivo a compreensão das sociedades humanas e, como objeto de pesquisa imediato, objetos concretos. (Funari; Funari, 2008, p. 09).

A formação das conceituações teóricas a respeito da cientificidade da arqueologia ganharam volume após a década de 1960, quando surgiu, nos Estados Unidos, o movimento da arqueologia processual, criado com o objetivo de estabelecer um método para a coleta de dados, sistematização das informações encontradas e interpretação do objeto de estudo, visando compreender as transformações das sociedades passadas, usando perguntas norteadoras como fios condutores da compreensão do nível tecnológico e material de determinada sociedade.

O movimento em questão, também chamado de “Nova Arqueologia”, converge para um a ideia de um rompimento parcial com a corrente teórica anterior, do campo da ciência arqueológica, chamada de “arqueologia histórico-cultural”, que estava atrelada ao contexto da expansão nacionalista do final do século XIX e início do XX, sendo fruto do seu tempo, se propôs a montar uma estrutura generalizante sobre as sociedades humanas, encadeando-as em

estágios evolutivos. No artigo: **Das Raízes da pesquisa arqueológica a arqueologia processual: um esboço geral**, escrito por Di Baco, Faccio e Luz (2013), observamos a trajetória e as nuances da pesquisa arqueológica, fazendo-os definir a corrente histórica-cultural da seguinte forma:

Arqueologia Histórico-Cultural surge no final do século XIX, na Europa, interessada principalmente nos estudos das histórias nacionais. Assim, os arqueólogos nacionalistas como Gustaf Kossina (1911) procuravam estabelecer um quadro dos grupos étnicos que habitaram seus territórios no passado. Nessa época entendia-se que os traços tecnológicos de um objeto são relacionados a uma cultura que se espalhava a partir de um centro de origem, e por meio de rotas de difusão atingiam as áreas marginais. [...] Em síntese, o evolucionismo, na arqueologia, procurava estabelecer um padrão universal para medir o grau de desenvolvimento humano de diferentes culturas. (Di Baco; Faccio; Luz, 2013, p. 210).

Os mesmos autores ratificam o processo de amadurecimento da ciência arqueológica, compreendendo que não se trata de um rompimento teórico, entre ambas as correntes, mas um complemento, resultado das mudanças temporais e novas demandas sociais que surgiram no mundo, pressionando a ampliação conceitual do até então “evolucionismo cultural” fazendo surgir um “processualismo cultural”.

A Arqueologia Processual surge como tendência teórica em 1960, com o objetivo de dotar a Arqueologia de um caráter científico e com a preocupação de contrastar e formular, por meio da observação dos registros arqueológicos, uma série de explicações e leis gerais sobre o funcionamento do comportamento cultural humano, diante das condições e eventos do passado e do meio ambiente. (Di Baco; Faccio; Luz, 2013, p. 217).

A construção do método de produção científica, proposto pela arqueologia, dinamizou o estudo do pensamento histórico, refletindo nas práticas de ensino da disciplina de história, no contexto escolar. O uso da cultura material (objeto de estudo da arqueologia e da história) como ferramenta didática demonstrou um grande potencial imersivo nos alunos que buscam incessantemente se reconhecer como partícipes de uma sociedade, como agentes ativos de suas próprias histórias, o contato de crianças e jovens com diferentes materialidades, impulsionou o olhar crítico deles sobre as mudanças temporais e espaciais que o homem vivenciou e vivencia.

2.3 Conceituando cultura material e valorando o ensino de história

Somada a História e a Arqueologia, encontramos a Cultura Material como elemento aglutinador na formação do tripé didático que potencializa o Ensino de História. O estudo sobre esses elementos embasam a proposição do produto dessa pesquisa, a oferta de um roteiro interativo sobre coleções numismáticas, que a princípio, se mostra como um recurso de ampliação reflexiva sobre a maneira como o homem se relaciona com o dinheiro na história do Brasil República.

A dimensão prática da construção do produto é uma expostas a possíveis desorientações históricas presentes no contexto escolar, observadas na minha experiência docente assim como uma valoração dos estudos arqueológicos e da cultura material no campo do ensino de história. O desafio em questão não é novo, afinal, o uso da materialidade como ferramenta didática na história possui uma longa trajetória, mas apresenta-se como uma proposta de fortalecimento desse campo.

Analisar a cultura material é uma tarefa vigorosa, difícil e simultaneamente tentadora, por sua própria significação. O estudo da cultura é um nicho de pesquisa que paira sobre diversas disciplinas, antropologia, psicologia, história, arqueologia, são algumas de tantas ciências que se arriscam nesse emaranhado conceitual, sua complexidade vem desde de sua “elementação” como fator de diferenciação do ser humano dos demais seres vivos do planeta, assim como suas implicações mercadológicas e psicossociais, a questão reside na sua morfologia polissêmica, que induz a múltiplas compreensões.

A problemática evolui quando estendemos a discussão para seu caráter material, e as indagações aparecem em profusão, quando nos questionamos se a materialidade é um reflexo da cultura? Ou se é uma dimensão constitutiva do conceito de cultura. Nós seres humanos, apresentamos costumeiramente a ideia de segmentar, compartimentar dissociar aspectos analíticos para facilitar o entendimento de fenômenos e teorias, todavia, em alguns casos, seccionar não é possível, por defasar a compreensão de determinados processos, como é o caso da dicotomia conceitual de cultura e cultura material.

Em um primeiro momento, podemos situar a análise sobre a configuração reflexiva da cultura material, como um elemento concreto que exige uma formação ideacional prévia e que não existe sem ela, um reflexo de um campo imagético, constituído por motivações particulares e ou sócio-históricas, ao mesmo tempo, devemos questionar que tais representações mentais não podem ser plenamente compreendidas sem um canal material que as conduzam e as façam inteligíveis. Nesse instante nos deparamos com a riqueza do trato

com a cultura material no processo de compreensão da sociedade humana, fazendo-se substrato de sua racionalidade. (Rede, 1996).

Na mesma empolgação investigativa, vem a angústia de pensar quais as limitações desse canal reflexivo no ensino de história, afinal, até que ponto é tangível trabalhar com esses elementos no contexto escolar, no artigo: **História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material**, Rede (1996) comenta sobre as preocupações geradas pelo estudo da cultura material.

[...] apenas frisemos que a formulação dos diversos conceitos de cultura material está sempre intimamente ligada à visão que os autores têm da própria noção de cultura; por assim dizer, corresponde-lhe organicamente. Ao mesmo tempo, as posições sobre as relações entre o universo material e a cultura definirão, de algum modo, os limites das propostas de estudo e as formas de mobilização dos elementos físicos na compreensão dos fenômenos históricos. (Rede, 1996, p. 267).

Rede promove uma reflexão sobre as diferentes dimensões analíticas do conceito de cultura: mental, social, comportamental, psicossocial e material. A discussão ganha novos contornos quando passamos a decodificar as esferas de contato entre o indivíduo e o objeto, a cultura material passa a ser uma parte complementar, extensiva, somatória da dimensão social e não uma sombra do imaginário individual e coletivo.

As multifacetadas conceituais de um objeto se ramificam, quando ele se insere em seu tempo e espaço originário ou é reinserido em recorte histórico diferente, ganhando um novo simbolismo e ou até uma nova funcionalidade física, um vasilhame de água ornado em pintura, no Egito Antigo, não apresenta a mesma função simbólica e física, hoje situado em um museu, em algum país europeu, função essa que ainda pode variar dependendo do espaço geográfico que ele se encontra, para o europeu ele possui “valor histórico x”, já para um egípcio ele possui “valor histórico y”. A questão é compreender as diferentes dimensões que um objeto possui, tornando-o a própria definição de cultura.

Eis aí a fortuna do termo cultura material além das ambigüidades possíveis: ele denota que a matéria tem matriz cultural e, inversamente, que a cultura possui uma dimensão material. Em suma, como a cultura não é um segmento do fenômeno social, mas uma dimensão extensiva sua, não se poderia isolar uma seção que não fosse cultural ou uma outra que o fosse exclusivamente. Desse modo, a questão da cultura não pode ser dissociada daquela da materialidade, sob o risco de lhe conferir um caráter fantasmático. Bastaria dizer que não existem sentidos, valores ou mensagens culturais que sejam completamente internalizados na consciência (individual ou coletiva), que sejam criados em uma matriz que dispense a materialidade ou que sejam

vetorizados apenas por circuitos operacionais imateriais. A cultura material é, por excelência, matriz e mediadora de relações. (Rede, 1996, p. 273).

Se existe um processo duradouro de desorientação histórica e se o descompasso econômico e a imersão no ciberespaço, que acontece no mundo contemporâneo, afeta o processo de ensino e orientação do conhecimento histórico, a compreensão da cultura material e sua utilização como ferramenta didática não deve ser um “up” nas aulas de história, mas deve ser instrumento obrigatório na relação de ensino e aprendizagem, referendando a criação de produtos que ampliem a consolidação da História como disciplina de formação cidadã.

Diante das inúmeras plataformas virtuais, nos professores e educadores possuímos o privilégio, hoje, de usufruir de uma gama de exemplares de cultura material imersos na internet somado às presentes nos livros e apostilas didáticas, por vezes, assim como eu, outros professores são drenados por rotinas exaustivas e muitas vezes mecanizadas de “bater o livro”, sendo uma cobrança “normalizada” entre os gestores de colégios privados, para fazer valer o investimento dos pais na compra do material no início do ano, findamos por não dar a devida atenção e cuidado a esse poderoso arsenal do ensino de história, porém, não devemos nos conformar, a criação de produtos didáticos, que denotam o uso da materialidade deve ser incluído frequentemente na rotina de professores e pesquisadores, alimentando a própria área de atuação com novos instrumentos que otimizem o tempo do professor, num contexto ideal é interessante e extremamente enriquecedor inserir os alunos nesse processo, dando-lhes autonomia, caminhando junto a eles, visando descobrir novas formas de compreender as problemáticas contidas em nosso tempo e história.

A cultura material vem impulsionando diversas áreas das ciências humanas e abrindo espaço para outras inéditas, que reverberam no ensino básico, a polissemia que a molda também deve influenciar a motivação dos alunos na conquista de seus próprios saberes, alcançar a heterogeneidade do pensamento histórico cultural passou a ser um objeto de desejo de muitos professores que lutam diariamente para que seus discentes aprendem fora de padrões estáticos e que eles possam engendrar diferentes percursos constitutivos do saber.

O uso de imagens seja no ciberespaço ou no livro didático como uma amostragem de determinados exemplares de cultural material deve ser aplicado com cuidado para não findar como um “mero efeito ilustrativo” ou até como um “ataque” ao caminho pragmático e tradicional do ensino, vestindo-se de lúdico e moderno, por ser um “texto visual”, e o registro no quadro (texto escrito) passa a ser comparado e adjetivado como arcaico e enfadonho, a formação de um contexto de guerra só tornaria o ambiente escolar menos atrativo,

distanciando os alunos de professores “x” por não utilizar o que se vende como moderno e lúdico e aproximando de professores “y”, que usam constantemente ferramentas virtuais (de apelo visual).

A dicotomia contamina o processo, o essencial é a integração entre os colegas de trabalho no amadurecimento do grupo docente, na procura por formações diversas que ampliem seus instrumentos de trabalho, priorizando o objetivo da escola: a formação cidadã pelo ensino científico.

Na tese de mestrado: **A cultura material na didática da história, o autor, Pregnotatto (2006)**, comenta sobre como muitos estudiosos dos manuais escolares, entendem as ilustrações, em muitos casos de cultura material, como artifício limitado a atrair a curiosidade dos alunos, desperdiçando seu valor na construção do pensamento histórico.

O Guia de livros didáticos de 2001 aponta que “a presença de boas ilustrações constitui-se em motivação essencial para o bom uso do livro, observando se estas estão isentas de estereótipos, acompanhadas de legenda e crédito, se são adequadas ao assunto, integradas ao texto, se auxiliam a compreensão e recorrem a diferentes linguagens visuais”, (MEC 2000). Esse comentário deixa claro que, também para os especialistas do PNLD da área de História, as imagens são apenas complementos do texto escrito, que como já foi dito, é uma das principais posturas dos historiadores em relação às imagens e à cultura material. Essa visão é também compartilhada pelos especialistas em livro didático [...] que tenta mostrar se as imagens “cumprem seu papel” (que para a autora seria o de complementar os textos do livro) ou servem apenas como ilustrações que visam tornar as páginas mais atrativas para os jovens leitores. Ou seja, nem quando se combate a imagem como simples elemento lúdico, o que se coloca no lugar é o uso da imagem como mera ilustração do texto. (MEC, 2000 apud Pregnotatto, 2006, p. 28).

Mediar os alunos nas análises sobre a cultura material contida nos livros didáticos, nas apresentações de slides e nos diversos formatos que os educadores oferecem, sejam eles virtuais ou concretos, descritivos ou ilustrativos é um processo de autoconhecimento, por levá-los a relacionar o cotidiano de sociedades pretéritas com seu próprio dia-a-dia.

Esse experimento cognitivo deve conduzi-los a orientação do seus próprios “fazeres históricos”, combatendo o distanciamento reflexivo sobre o passado. Desmistificar a fonte histórica como uma “armadilha” visual é ensinar o aluno que não existem limites para a formação do pensamento científico, seguindo um método é possível examinar vivências, valores, crenças e cotidianos diversos e distantes sem cortar o fio condutor temporal/histórico que nos une e nos conecta e nos faz emergir novos fazeres históricos.

A pesquisadora Carbonari (2017), em seu texto: “**Arqueologia, História e Cultura Material no Ensino de História**” cita o privilégio de se entender a cultura material como fonte histórica, por seu lugar comum nas relações sociais entre os sujeitos históricos, além de dialogar com o pensamento de Agnes Heller³ na problemática sobre o desenvolvimento da vida social.

Os estudos de Agnes Heller recolocam a necessidade de pensar os processos que se desenvolvem na vida social, econômica, política, cultural e educativa na sua relação com a vida ordinária do ser humano. A vida cotidiana é o húmus, o substrato da vida. Considera Heller (2008) que a vida cotidiana não está fora da história, mas no centro do acontecer histórico isso porque as ações não cotidianas que chegam até nós contadas nos livros de história partem da vida cotidiana e a ela retornam. O acontecer histórico não se configura numa camada superficial que paira sobre nós, ele pertence ao mundo do cotidiano, foi ali gestado e o movimento de retorno a este é o que lhe dá sentido. (Heller, 2008 apud Carbonari, 2017, p. 8).

A experiência no chão da escola me motivou a construir um roteiro interativo, que possa aproximar o aluno da cultura material para além do seu poder de atração visual, e dentre tantas opções de materialidade a escolha por moedas veio decorrente da relação homem/dinheiro e de sua capacidade integradora, entre cultura material e ensino de história, por sua íntima relação cotidiana e seu enraizamento no nosso modo de vida.

O não entendimento da realidade e a tomada de decisão sem perspectiva temporal é um recorte comum no mundo em que vivemos. Para além da sala de aula ou até mesmo da escola, a sociedade capitalista contemporânea sofre com um processo de desorientação histórica, seja ela proposital, condicionada pelo sistema, ou não, cabe aos professores incitar os alunos na procura por respostas aos efeitos que a relação homem/dinheiro produz.

Quando se fala em desorientação, tomando como base o conceito da língua portuguesa, estamos nos referindo à confusão e ao desconhecimento, atrelado ao viés histórico, faz-se-a ao desconhecer a si próprio no tempo como sujeito transformador da realidade.

Os alunos insistentemente perguntam em todo novo tema trabalhado em sala de aula, os motivos de se estudá-lo, por exemplo, o iluminismo ou a revolução agrícola, ou qualquer outro tema, a necessidade de perguntar é a própria resposta, o indivíduo, na figura de estudante, não concebe a continuidade dos processos históricos, não se identifica como peça da engrenagem da vida social, o próprio cotidiano pode oferecer um canal de integração

³ Pesquisadora, filósofa e socióloga húngara, dedicada aos estudos da filosofia da história.

histórica e temporal, unindo o comum de hoje ao comum do passado, fazendo assim, o protagonista do processo educacional se recolocar como ator da transformação histórica.

É através da arqueologia e da história que nos debruçamos sobre a cultura material como elemento de desenvolvimento do ensino de história no combate a problemática de desorientação histórica. A condução desse processo será estabelecida na análise sobre a relação homem/dinheiro e nos dilemas produzidos atualmente num possível processo de “desmaterialização monetária”, desencadeada pelas novas necessidades do capitalismo contemporâneo.

O contexto escolar se tornou o laboratório de preparação de um produto didático capaz de auxiliar na orientação dos indivíduos dentro de um cotidiano marcadamente feroz, que afeta nossos alunos e os reduz a algoritmos mercadológicos, alimentando o sistema vigente, aproximar os estudantes da lógica capitalista e a sua principal forma monetária é o caminho escolhido para a apropriação do saber histórico, afastando-os da alienação programada, e conferindo-lhe a capacidade de observar e administrar as suas ações na contemporaneidade. A figura 01 a seguir, com a visualização do mapa conceitual sobre o capítulo visto:

Figura 01 – Mapa Conceitual sobre a Proposta Analítica do Capítulo



Fonte: autoria própria (2024).

CAPÍTULO 3 – A HISTORIOGRAFIA DO DINHEIRO, DO MUNDO DIGITAL E DAS NOÇÕES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

A experiência docente obtida ao longo dos anos é o melhor canal de aperfeiçoamento do olhar investigativo sobre as arestas e fissuras da estrutura de ensino de história. Minha atuação nos níveis fundamental e médio, da educação básica, na rede pública e privada, sendo essa última meu recorte de pesquisa, pela maior longevidade de atuação, conduziu o nascimento desse trabalho, baseado na problemática de uma possível existência de um processo de desmaterialização monetária e suas implicações na desorientação histórica e financeira nos jovens da contemporaneidade.

Municiar os alunos com as ferramentas necessárias para suas respectivas apropriações de conhecimento é a melhor maneira de mediar o processo de elucidação. A utilização da ciência da história em constante diálogo com a arqueologia e com o conceito de cultura material enriquece a proposta de ensino e ajuda no combate ao problema em questão, essa relação interdisciplinar paira sobre a maneira como o homem se relaciona com o dinheiro dentro do contexto do mundo digital característico do sistema capitalista atual, tornando indispensável uma análise sobre a historiografia do dinheiro.

3.1 Discutindo a origem do dinheiro e suas implicações conceituais

“Dinheiro”, a primeira vista, ou no primeiro instante de pensamento é uma palavra banal, comum, que passa de boca em boca, por diferentes motivos que se apresentam em nosso cotidiano, porém, não devemos nos omitir e sim refletir sobre sua concepção, seja ela idealizada ou materializada, afinal, “o que seríamos sem o dinheiro?”. Essa é uma pergunta que guarda em si questões de diferentes matrizes, como produto da cultura material, o dinheiro herda o caráter polissêmico do conceito antecessor.

Sua morfologia mutagênica, controversa e multifacetada, aproxima o “dinheiro” do “homem”. A origem do dinheiro e seu percurso na história pode mensurar muito sobre a maneira como o homem se relaciona consigo, com seus pares e com o ambiente que habita, dissecar esse processo historiográfico é determinante no alcance da problemática que atinge os jovens de hoje, desorientados historicamente. Seria esse um processo premeditado ou espontâneo? Talvez nunca encontremos as respostas para todas essas perguntas, mas, cabe a nós historiadores e educadores tentar compreender o mundo que nos rodeia, refletindo sobre os elementos formadores e possíveis desdobramentos de tal processo.

Vieira (2017) em seu trabalho para o **Núcleo de Museu do Banco de Portugal**, atesta o valor documental do dinheiro para a história, expressando como suas diferentes representações podem ampliar e diversificar a configuração do conhecimento.

Nas suas múltiplas manifestações materiais, o dinheiro constitui-se num documento histórico repleto de informação e susceptível, por isso, das mais variadas abordagens: não só económica, mas também política, religiosa, ideológica, linguística, heráldica, etc. A sua própria ausência, ou imaterialidade, pode ser, ela mesma, fonte de conhecimento. (Vieira, 2017 p. 02).

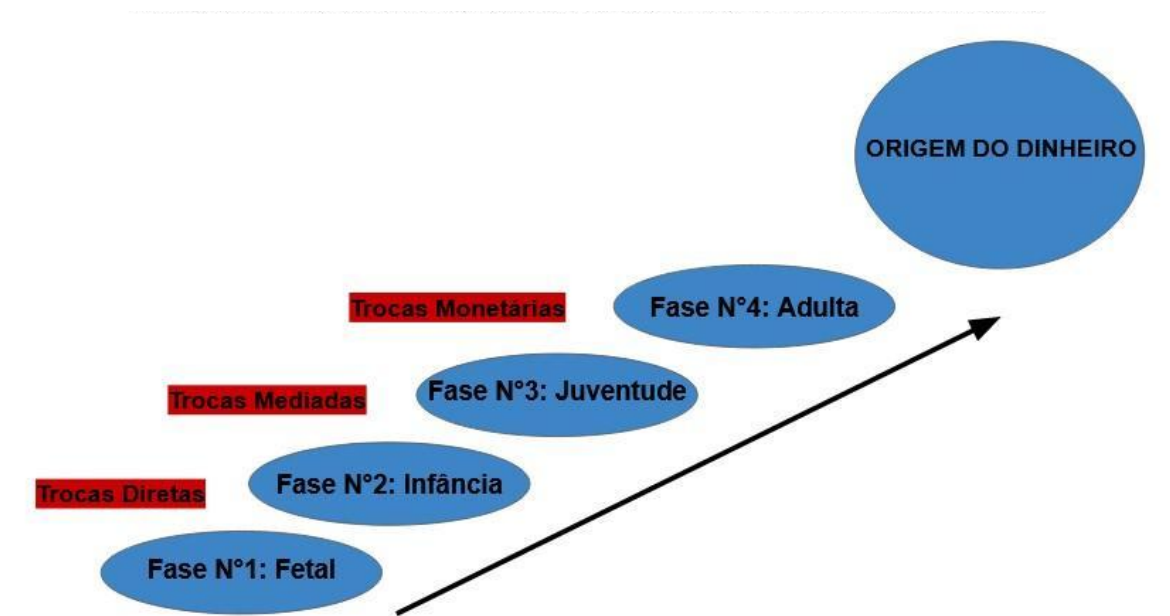
O uso do dinheiro como documento histórico converge para seu uso como ferramenta didática, mas a compreensão de sua evolução histórica só é possível quando enveredamos pelo seu campo conceitual e originário. A presença da corrente marxista nessa discussão é imperativa, por ser uma referência clássica nos estudos sobre história social e econômica, além de estar situada em muitos manuais didáticos de nível escolar, também discutiremos o modelo ontogenético da origem do dinheiro proposto por Carl Menger, fundador da escola austríaca de economia, por apresentar uma estrutura teórica palatável e possível de ser manuseada em turmas de ensino médio, da educação básica.

Na obra: **As origens do dinheiro: abordagem ontogenética e abordagem histórico-estrutural**, Augusto (2011) discute o pensamento de Menger e detalha seu panorama conceitual sobre a origem do dinheiro. A compreensão do “evolucionismo econômico” de Menger se dá por meio de uma analogia com as etapas de amadurecimento do organismo humano, definida como “abordagem ontogenética”. (Augusto, 2011, p. 07).

Menger procura delimitar a evolução da estrutura econômica em 4 fases ou estágios, na qual o processo de “troca comercial” é o elemento de transformação/desenvolvimento de uma etapa para outra, tornando factível o nascimento do dinheiro na última fase. A teoria desenvolvida pelo autor é baseada na busca pela saciedade do desejo de obter determinados objetos, mesmo pertencendo a correntes distintas, Marx e Menger podem dialogar, principalmente no aspecto da “intencionalidade” do homem na criação do dinheiro, afinal, Marx, no primeiro capítulo do seu livro, O Capital, promove uma reflexão intensa sobre o que é mercadoria e sua escala de valor, atestando que o valor é dado a partir da quantidade de energia trabalhada para a construção de determinado produto, esse dispêndio de força é a aglutinação de vários elementos como: a escassez da matéria-prima originária, as horas de confecção dentre outros elementos; sendo assim, entendemos que certos objetos elevam o status social, tornando-os frutos do desejo humano, mesmo que não seja “útil imediatamente”,

a conquista desse produto é uma maneira de distinção ou diferenciação social, dinamizando a estrutura hierarquizada e desigual da sociedade capitalista. (Augusto, 2011).

Figura 02 – Abordagem Ontogenética sobre a origem do Dinheiro por Carl Menger



Fonte: autoria própria (2024)

A imagem acima é uma síntese da estrutura ontogenética de Menger, delineando o estágio inicial como elemento nascedouro do desejo comercial, a necessidade intencional ou espontânea de troca de mercadorias, conduziu a uma nova fase: a infância, sendo está o cenário de disseminação das relações de trocas diretas, de escambo, ao passar do tempo e da complexificação/especialização da divisão do trabalho, observamos o surgimento de uma nova forma de troca comercial, baseada na mediação, ou seja, os produtos de maior vendabilidade são aceitos dentro das trocas diretas com maior frequência, consolidando a fase juvenil, que será superada quando a mercadoria como meio de troca se torna generalizada e aceita por todos os indivíduos de certa sociedade, tornando-se dinheiro e inaugurando a fase adulta situado no sistema de “trocas monetárias”.

É na fase das trocas monetárias que o dinheiro vai apresentar o desenvolvimento de suas formas e funções. Uma vez estabelecida a instituição do dinheiro pela ação dos indivíduos, a regulação estatal irá aperfeiçoá-la; através da cunhagem, por exemplo, o Estado irá fornecer a garantia da composição e do peso das peças monetárias. (Augusto, 2011, p. 11.)

A perspectiva marxista situa o surgimento do dinheiro por uma estrutura histórica e cultural, na qual a troca de produtos é resultado do encontro de duas comunidades com excedentes, o contínuo contato de ambas estreita as relações comerciais, adquirindo assim um aspecto mercantil, criando necessidades comparativas de valores e medidas, em meio a esse processo emerge o dinheiro como elemento balizador ou “equivalente geral”.

À medida que a troca rompe as ligações puramente locais, e que, por isso, o valor das mercadorias representa cada vez mais o trabalho humano em geral, a forma dinheiro se fixa a mercadorias cuja natureza as torna aptas a desempenhar a função social de equivalente geral, isto é, aos metais preciosos. (Marx, 2005, p. 41).

Imbricar conceitos econômicos nas narrativas históricas trabalhadas a nível de ensino médio é um caminho eficaz no combate a problemática de desorientação. Refletir sobre suas composições teóricas é uma forma de auxiliar a dimensão teleológica do processo de compreensão de determinados fatos históricos, principalmente aos que se ligam a práxis social, isto é, aos eventos cotidianos, que inserem os alunos como seres sociais transformadores da realidade vigente.

3.2 A imersão da cultura digital e do capitalismo contemporâneo nas aulas de história

A popularização de computadores, smartphones e aparelhos digitais em nosso cotidiano, começou nas décadas de 1980 e 1990, ganhando força no século XXI. Esse processo reconfigurou nossas relações íntimas, interpessoais, sociais, econômicas e políticas, ou seja, está diluído em todo nicho cultural humano, a chamada cultura digital é um imenso arcabouço de práticas e valores que ecoa na constituição do homem contemporâneo.

O ensino de história que já viveu o desafio de atuar como elemento aglutinador de identidade nacional e de formador de consciência coletiva, hoje encontra-se, com a importante missão de promover a criticidade e o pluralismo social em meio à caótica imersão de tecnologias no espaço escolar. O uso do ciberespaço, das ferramentas digitais e das demais Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) no processo de ensino e aprendizagem tornou-se um caminho inevitável, por ora, esta é nossa realidade.

A criação e o uso de uma TDIC em sala de aula ainda é um processo confuso, na maioria das vezes, por docentes, discentes, gestores e pais. Sua inclusão prematura sem um devido planejamento de letramento digital, torna sua justificativa de uso, frágil, em muitos casos os partícipes do processo escolar o enxergam como um aparato lúdico, sem grandes

finalidades didáticas, a proliferação dessa visão, prejudica o desenvolvimento e consolidação das TDICs como instrumentos pedagógicos. Por essa razão, metodologicamente, a criação de um produto didático, deve seguir rigorosamente um plano de estruturação e aplicação, começando com a aproximação dos alunos com os conceitos teóricos que serão trabalhados com esse novo recurso, o passo seguinte é a compressão do problema que estamos enfrentando, por meio deste justificamos a utilização de uma nova maneira de se apropriar de determinado saber.

O mundo contemporâneo estruturado no sistema capitalista vigente, molda uma sociedade monetizada, esse cenário transforma nossas vidas em dados, que são vigiados, compartilhados e vendidos, alimentando a dinâmica econômica que coordena as relações políticas e sociais.

As grandes plataformas e empresas de informação procuram condicionar nossos desejos, sonhos e vivências, os jovens fazem parte desse circuito capitalista, as escolas, principalmente as particulares, vivenciam essa lógica, de maneira latente, tratando os alunos menos como alunos e mais como clientes, a desorientação histórica, isto é, a não apropriação dos indivíduos do conhecimento histórico, os tornam mais suscetíveis a influências comportamentais do capitalismo, apesar disso, existem inúmeras maneiras de fazer da cultura digital nossa aliada, de promover tecnologias como ferramentas de orientação histórica, dando aos alunos um poder colaborativo no meio social.

Na coletânea de artigos, organizada pelos professores da UFRGS, Carla Zeli e Marcus Vinícius, intitulado: Ensino de História e culturas digitais, destaco o trabalho de Guimarães (2020): **“Aulas de história nas nuvens: as tecnologias digitais no campo de ensino de história”**, onde ele faz um apanhado dos desafios da aplicação das TDICs, examinando diferentes autores que discutem como tais ferramentas apoiam a atuação de professores e alunos no cotidiano escolar.

Com a tecnologia e a informatização sendo utilizadas na Educação, o artigo leva em consideração o AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), que além de possibilitar suporte a diversas atividades de aprendizagem discente, altera o papel dos professores e dos alunos. Dessa forma, nesse modelo de educação em redes, o professor torna-se um coordenador, um mediador, e os alunos têm ‘a oportunidade de definir seu ritmo de estudo com mais autonomia, o que deixa a aprendizagem mais flexível, e desenvolver trabalhos conjuntos numa relação aluno-aluno, em aprendizado colaborativo’ (Ismail et al., 2015, p. 429 apud Guimarães, 2020, p. 27).

O autor complementa, afirmando que:

Esse artigo traz dados a respeito do uso das TDICs de acordo com o Comitê Gestor de Internet do Brasil e da utilização de telefones celulares, que cresceu no país. Isso impacta a área da Educação, pois, cada vez mais, aplicativos estão sendo lançados visando à exibição de conteúdos e à interação com os usuários de smartphones. (Guimarães, 2020, p. 28).

A utilização do conceito de aprendizado colaborativo, citada por Guimarães (2020), passa a ser um elemento norteador na elaboração do nosso produto didático, a estrutura do roteiro interativo proposto no último capítulo é resultado de uma demanda comum, observado na vivência com nossos alunos, dessa forma passamos a buscar o mesmo objetivo, a conquista da orientação no espaço/tempo, a relação “aluno-aluno”, também, citada pelo Guimarães, condiz com a estratégia de aplicação do roteiro, por fazê-los conjuntamente buscar, analisar, experimentar e sistematizar as informações colhidas nas coleções virtuais dispostas no produto didático, dando-lhes o poder de autorregulação do aprendizado, cabendo o professor auxiliar no manuseio teórico dos objetos analisados, assim como amparar possíveis dificuldades, sem atalhos ou “bengalas”, mas com injeção de ânimo e de combustível conceitual.

Nós professores precisamos ir além do processo de mediação entre aluno e as TDICS, devemos nos inserir no conturbado cenário de enfrentamento das distrações em sala de aula, afinal, a tecnologia da informação pode se tornar uma faca de dois gumes, esse processo se torna mais complexo devido a diluição da esfera virtual na esfera real, vale mais para os jovens viver pelas redes do que fora delas, a etapa de conscientização do uso das TDICS o deve preceder qualquer aplicação, visando minimizar efeitos colaterais na rotina de aprendizagem escolar.

O embate não pode ser simplificado na permissão ou não de aparelhos eletrônicos, a proibição gera revolta e rebeldia, por parte dos alunos, é necessário fazer desmascarar a vilania dos smartphones e dar-lhe funcionalidade/utilidade, ao transformar o aparelho num “caderno de atividades” contemporâneo, o professor deve ir dosando as investidas até maturar no imaginário escolar a responsabilidade que o celular possui no processo de aprendizagem.

A vivência do dilema da inserção do mundo digital no ambiente escolar é um cenário em construção, de conquista de maturidade a longo prazo, por parte de alunos, professores e demais integrantes do chão da escola. O Estado do Rio Grande do Norte, aderiu legalmente a uma postura firme de proibição do uso de aparelhos eletrônicos em sala de aula, pela Lei ordinária nº. 11.674, efetivada em 16 de janeiro de 2024, esse contexto só demonstra o quanto é prematura é nossa cultura de ensino e que precisamos evoluir bastante para proliferar de maneira consciente o uso dos meios digitais em sala de aula.

O professor que procurar investir seu tempo no estudo e na instrumentalização do ciberespaço no seu planejamento de aulas, ele busca mais do que o status de “moderno” e “lúdico”, ele procura competir contra o sistema capitalista que compulsoriamente empurra todos nós para um circuito vicioso de consumo, ecoando nos espaços escolares e na maneira como nossos jovens interagem com o mundo digital.

No X Colóquio Internacional de Geocrítica de Barcelona, Costa e Godoy (2008), apresentaram um artigo intitulado: **“O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E AS MUDANÇAS NO MUNDO DO CONSUMO”**, no qual analisam os impactos desse novo capitalismo na lógica do consumo globalizante.

As potências industriais e financeiras produzem, desse modo, não apenas mercadorias, mas também subjetividades. A produção de subjetividades, de necessidades, de corpos e mentes, consiste na criação não só de um modelo de consumo, mas principalmente na produção do mundo do consumidor. Segundo Moles (1975) ‘As relações do indivíduo com o meio social passam, a partir de agora e fundamentalmente, pelos *objetos e produtos* transformados nas expressões mais tangíveis da presença e da sociedade em seu ambiente, desde o momento em que tomam o lugar das coisas naturais’. (Moles, 1975, p. 12, apud Costa; Godoy, 2008, p. 34).

Na sequência, o autor afirma que:

Assim, o período imediato pós-guerra é considerado como período de gestação do capitalismo contemporâneo, onde se inicia a arquitetura de uma economia globalizada com características distintas daquele que o precedeu. Esta fase utilizou-se dos efeitos resultantes do colapso do regime de acumulação fordista para projetar, segundo as especificidades sócio-espaciais do conjunto das economias capitalistas, as estratégias políticas de um modelo “híbrido” de acumulação que almeja harmonizar sob a égide do capital, as esferas da cultura e do consumo. (Costa; Godoy, 2008, p. 34).

O capitalismo contemporâneo atua para além da persuasão do indivíduo na conquista do produto, mas na modelagem de um desejo cultural que se enraíza nas subjetividades das pessoas, especialmente dos jovens, reorganizando as relações sociais e de trabalho, a acumulação de capital não se dá apenas pela tradicional mais valia, decorrente da mecânica fordista, entre burguês e proletário, ela se ramifica, se flexibiliza, não basta adquirir um dado produto, mas influenciar que outros tantos o adquiram ou o descarte, de acordo com o desejo do mercado.

O entendimento do processo econômico atual e sua estrutura de consumo deve ser uma pauta base no ensino de história, principalmente quando usamos como referencial temático nas aulas a relação do homem/dinheiro. Nossos alunos precisam começar a organizar suas conjecturas, numa espécie de quebra-cabeça mental, sobre seu papel e dever social nesse

mundo, afastando-se de qualquer passividade e desorientação histórica, a ausência do dinheiro físico em nosso dia a dia ou a diminuição de seu uso é reflexo do cenário em questão.

O sistema capitalista contemporâneo entende o poder como a posse de informações, outrora o mesmo estava relacionado com quantidade de terra ou ouro que se possuía, entretanto, a nossa inserção nos espaços digitais criou mecanismos de vigilância e captura de informações sofisticadas que alimentam o novo consumismo. Investir passou a ser um pré-requisito para se ter sucesso na vida adulta, vende-se a simplicidade, mas esconde-se a complexidade do funcionamento da máquina capitalista, jovens, adolescente e até crianças de 11 e 12 anos (como alunos de 6º anos) são levadas a imergir nesse caótico mundo de desorientação, deixamos de entender e repassamos o “trabalho pesado” de produção de riqueza (investimentos) para terceiros (programas e softwares).

O Ensino de História deve ser se não um escudo ao problema em análise, ao menos um canal de incentivo à reflexão sobre os mecanismos que regem o mundo, transmitidos através da História. Os autores Pedro Costa e Paulo Godoy, em seu artigo, dialogam com outros autores na procura pelo entendimento de como relegamos o controle de nossas vidas às “mãos digitais do sistema”. “Inicialmente, o novo modo de desenvolvimento capitalista, estrutura-se mediante o tratamento da informação e a introdução de novas tecnologias a partir da automação das máquinas e sua extensão normativa para os sistemas virtuais de controle na vida social.” (Costa; Godoy, 2008, p. 40).

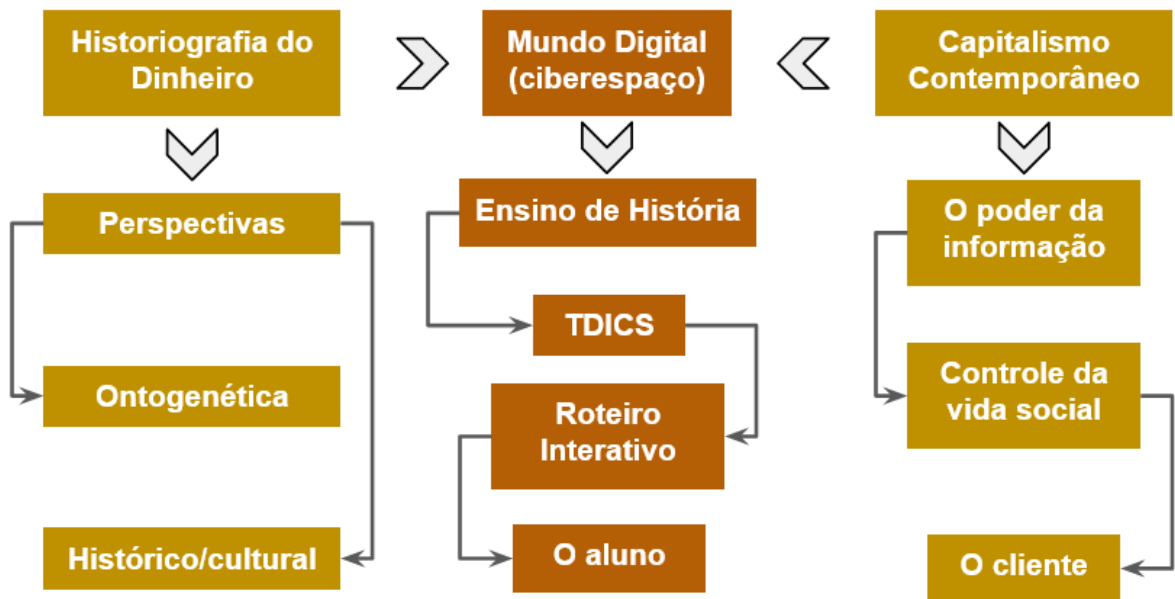
[...] a informação aparece, então, como o principal motor da vida contemporânea, como a forma de energia predominante no comando de todas as fases do processo de produção. Neste sentido, a informação se define como um meio eficaz de abordar e seduzir as fragilidades do indivíduo. Estes novos aliados do modelo capitalista lançam mão de recursos tais como: *softwares* de interfaces microeletrônicas, a produção de conhecimento para alcançar o pleno desenvolvimento dos meios de acumulação e de gestão organizacional das atividades produtivas. (Arroyo, 1999, p. 19 apud Costa; Godoy, 2008, p. 40).

O revisionismo sobre a historiografia do dinheiro nos oferece a perspectiva de Marx e de Menger sobre a formação da relação homem/dinheiro, isto é, nos da propriedade de discussão sobre a interdependência que o ser humano tem do dinheiro dentro do modelo civilizacional dominante. O segundo passo foi analisar os impactos do mundo digital na reorientação do capitalismo contemporâneo inferindo seus dilemas na juventude e nos espaços escolares, cabendo aos professores usarem o ensino de história como elemento combativo, como um ingrediente transformador, no qual o ciberespaço se torne uma ferramenta de sua própria compreensão, enfatizando a necessidade de não afastarmos os alunos dos meios

digitais e dos equipamentos eletrônicos, mas os aproximá-los com a devida mediação teórica e reflexiva.

Adiante mergulharemos no universo da ciência numismática, visando alargar nosso portfólio de domínio sobre a polissemia do dinheiro, criando as bases necessárias para a montagem de um recurso didático aglutinador, somatório, que contribua e auxilie o ensino de história em seus diferentes recortes temáticos.

Figura 03 – Mapa Conceitual sobre a Proposta Analítica do Capítulo 3



Fonte: autoria própria (2024).

CAPÍTULO 4 – UNIVERSO NUMISMÁTICO: A DIGITALIZAÇÃO MONETÁRIA E A SOBREVIVÊNCIA DO PAPEL MOEDA

A prioridade desse capítulo é analisar os limites do processo de desmaterialização e ou digitalização monetária e o poder de adaptação e sobrevivência do dinheiro em sua forma material, para isso devemos entender o presente trabalho como um espiral didático, na medida que abordaremos conceitos discutidos anteriormente e os colocaremos sob novos desafios dispostos na realidade escolar, visando criar um mecanismo de aperfeiçoamento na mediação do ensino de história, no formato de um “roteiro interativo”, no qual a numismática exerça o papel de orientadora no trato com as fontes usadas na confecção do produto didático.

A Numismática é comumente definida como o estudo de moedas, medalhas e cédulas, originalmente associada a prática colecionista, hoje a Numismática pode ser entendida como uma ciência que prospecta métodos, sistematizando e questionando as informações obtidas dos seus objetos de estudo. Apesar do desenvolvimento da produção do saber histórico, principalmente no contexto escolar, a "ciência das moedas" ainda é pouco visitada por professores/pesquisadores, duas grandes referências do estudo da cultura material no Brasil, Carlan e Funari (2012) relatam em sua obra **“Moedas: a numismática e o estudo da História”** a pouca usualidade da numismática no meio acadêmico brasileiro.

Tanto o estudo, quanto a publicação sobre numismática, são pouco comuns no meio acadêmico e no mercado editorial brasileiro. O uso de material numismático, como documentação básica para uma pesquisa na área de História, é raríssimo, principalmente aqui no Brasil, onde uma parcela de historiadores opta por trabalhar com fontes escritas, de preferência aquelas que estejam já impressas em papel e guardadas em arquivos e bibliotecas. (Funari, Carlan, 2012, p. 29).

Em artigo publicado na Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro(CECIERJ), pela Nicole Loureiro da Silva, intitulado: **“A Numismática na Educação: utilização de moedas como documento histórico na sala de aula”**, encontramos o cenário de outrora, de subutilização das moedas em sala de aula e de como isso é prejudicial ao desenvolvimento da pesquisa histórica, quando compreendemos as múltiplas dimensões analíticas que podem ser extraídas desses objetos sobre a sociedade que nos cerca, estamos ampliando e favorecendo o desenvolvimento da ciência da História. (Silva, 2020).

Não é nosso dever dar início, mas continuar, nos somar a luta para romper a subvalorização da numismática como fonte de conhecimento histórico, seja no meio acadêmico ou no escolar, afinal, como poderíamos entender a relação homem/dinheiro, sem nos apropriar do conhecimento científico que circunda a moeda, uma das primeiras formas materiais de dinheiro e de maior longevidade. (Silva, 2020).

4.1 O uso da numismática no Ensino de História

Por mais grandioso que seja nosso mundo, o homem deixou fortes marcas, em diferentes épocas e espaços, diante desse cenário é plausível questionar: quanto do homem existe no mundo? Isto é, somos seres novatos nesse planeta, comparado a sua idade geológica, porém, a singularidade humana de aprender e modificar as coisas, nos coloca na posição de dominador, bem, é assim que parece ser, em certas questões filosóficas as certezas são como uma brisa que leva as folhas de uma árvore, mas é por meio dessas indagações que motivamos nossa busca pelo conhecimento. A materialidade é discutida como uma parte, se não inerente à humanidade, uma característica vital na concepção social e cultural do ser humano, logo, nela guardamos ações, simbolismos, valores e reflexos do mundo real, dentre o universo material construído ao longo das eras, existe um espaço que apresenta uma poderosa capacidade de armazenar o passado: as moedas.

A moeda é uma condição física, concreta e material do que conhecemos por dinheiro, outrora, discutimos os caminhos originários desse elemento comum a civilização humana, nascido na antiguidade, preterido no medievo e alavancado no mundo moderno e contemporâneo. O dinheiro monetário deve ser compreendido como uma ferramenta de estudo polissêmico, a numismática é a ciência encarregada dessa tarefa, porém, não podemos definir seu uso como algo de fácil acesso ou manuseio, Carlan e Funari (2012) denotam dois fatores como prioritários nas análises numismáticas: quantidade e qualidade.

O historiador deve estar ciente das dificuldades sobre as análises monetárias. Ele precisa contar com dois aliados fundamentais: a quantidade e a qualidade. O número de moedas trabalhadas é importante, pois quanto maior o número, melhor a análise. A qualidade das peças dará a medida, pelo grau de conservação, do quanto podemos enquadrar, tanto a peça, quanto o acervo, no contexto do conjunto das moedas já conhecidas e que servem de parâmetro. (Carlan; Funari, 2012, p. 33).

Apesar das dificuldades para utilização das moedas como objeto de estudo da história, sua rica compilação de informações torna o dispêndio de força e energia válidos. Numa rápida

análise, da moeda disposta abaixo, encontramos elementos constitutivos da sociedade brasileira do final do século XIX, como os ramos de café e tabaco, dispostos na iconografia, ambos são reflexos históricos do período de circulação da moeda, a imagem desses dois gêneros agrícolas denota a relevância deles no desenvolvimento econômico do Brasil Império.

Por esse motivo ganharam um lugar privilegiado na face do artefato em questão, o cruzamento de informações numismáticas com outras fontes materiais e escritas é determinante para um melhor aproveitamento do processo de ensino e aprendizagem, a diversificação de canais de informação, induz o estudante a condição imagética de que a “verdade” buscada deve ser guiada e complementada por diversos lugares do saber, desse modo potencializamos a criticidade do aluno. (Carlan; Funari, 2012, p. 33).

Figura 04 – Moeda datada de 1889, do acervo particular de Josias Alcântara da Silva



Fonte: adaptado de Herpich (2023).

Desse exemplar é possível extrair muitas outras informações, sejam elas iconográficas, morfológicas, etc., o prisma analítico é complexo e amplo, a numismática nos ajuda a trabalhar essa fonte, fazendo-nos seguir protocolos de conservação e de sistematização dos dados obtidos, Aguiar (2020), em sua dissertação de mestrado para o ProfHistória: **“A Numismática na sala de aula: moedas que contam histórias”**, discute a utilização dessa ciência como elemento didático e endossa as diversas possibilidades, oferecidas por essa fonte histórica, de serem trabalhadas em sala de aula.

Dentre as múltiplas possibilidades de informações que uma fonte desta importância pode oferecer destaca-se a economia, a cronologia, a metrologia, a epigrafia heráldica, a simbologia, a iconografia, a geografia, bem como a

metalurgia. Todas estas possibilidades de análise estão atreladas a determinados processos históricos, e devem ser utilizadas pelos historiadores à exaustão. Por processo histórico entende-se todo um conjunto de acontecimentos vividos pelos seres humanos que em contínua sucessão, seja através de transformações ou permanências, desencadeiam no objeto que a história procura estudar. (Aguiar, 2020, p. 15).

A condução da pesquisa encontra-se no desafio de promover o uso da numismática como facilitador da compreensão de certos contextos e processos históricos, inclusive o que vivemos. É nesse ponto que iremos nos debruçar, envolvendo os alunos como constituidores de valor social e transformadores da realidade vigente, diante disso, voltamos à questão sobre como o sistema econômico atual: o capitalismo, denota mudanças comportamento e no imaginário de cada indivíduo, de maneira direta ou indireta, todos somos afetados pela sua lógica de maximização do capital.

Capacitar o aluno a manusear adequadamente moedas em sua condição física demandaria bastante tempo, em meio a uma rotina apertada de provas e cumprimento de atividades dos manuais didáticos seria quase impossível realizar esse trabalho com o cuidado sobre a conservação que esses objetos necessitam, felizmente, hoje existe uma gama de acervos digitais possuidores de descrições e imagens de ótima resolução que facilita o trato com as fontes numismáticas em meio a corrida rotina escolar.

O contexto pedagógico é animador, cada vez mais escutamos colegas de profissão citando e compartilhando o uso de acervos museológicos digitais em suas práticas docentes, a subvalorização da numismáticas e de outras materialidades vem sendo revertida pouco a pouco, a ampliação das formações acadêmicas exerce um papel determinante nesse processo, na medida que faz o professor rever sua atuação incentivando-o a criar novos mecanismos didáticos capazes de cativar a difícil atenção de uma geração imediatista, moldada por olhos que temporizam de maneira curta seu estado de concentração, reflexo da artificial necessidade de reter o máximo de informações em publicações nas redes sociais.

A construção de um roteiro interativo tornou-se fundamental, visando unir forças aos meus colegas educadores nesse promissor cenário de transformação da realidade escolar. Ao apontar acervos digitais, indicamos o lugar para captação de informações, os alunos já familiarizados com a cultura do mundo digital e adaptados com seus mecanismos e plataformas, são incentivados “naturalmente” a “querer usar e ou experimentar”, revelando protagonismo e autonomia em suas buscas, estas passam a ser facilitadas pelo produto didático e mediadas pelo docente.

O professor Rêgo (2020), em seu trabalho de mestrado: **CARA E COROA: UM ROTEIRO PARA O USO DE MOEDAS NO ENSINO DE HISTÓRIA DO BRASIL**, faz uso de diversos exemplares de moedas que transcorreram pela história de nosso país, pontuando a extração de três informações básicas: legenda, cunhagem e cronologia, que unidas podem ajudar na orientação do saber histórico, como quando o Brasil ao final do século XIX, foi diminuindo a utilização de moedas por lastro e abrindo espaço para a moedas fiduciária, isto é, a moeda deixou de ter como referência o peso e o valor da liga metálica e passou a ter como referência de valor a confiança do órgão que a produz, logo por mais que fossem utilizadas ligas metálicas de baixo valor como o níquel ou o alumínio ou mais adiante com a popularização do papel moeda, o valor se dá pela oficialidade do órgão emissor, no caso o Banco Central. (Rêgo, 2020).

Vejamos que a utilização de três elementos constitutivos de uma série de objetos numismáticos nos ajudou a entender um dado processo histórico de nosso país, comprovando o poder que essas fontes possuem pelo seu caráter polissêmico. O roteiro interativo trabalha em cima da polissemia das moedas, levando os alunos a visitar diferentes acervos de diferentes lugares do mundo, visando colocá-los na posição de “investigador histórico”, mas sem a obrigação de limitar sua busca por informações, e sim mediar o processo de visita, destacando a visão deles sobre determinados pontos que os faça refletir mais a fundo sobre o objeto e a maneira como a humanidade se relaciona com o dinheiro. (Rêgo, 2020).

O ensino de História encontra um forte aliado nos estudos numismáticos no combate a desorientação sociohistórica, na medida que pesquisamos e produzimos sobre esse enlace científico aumentamos as possibilidades de uso em sala de aula e diminuimos a mácula do “decorismo”⁴ da disciplina de História, tão propagada e infelizmente ainda viva, por integrantes da comunidade escolar, aproximando-nos de uma educação libertária e reflexiva e afastando-nos de uma educação bancária⁵, Paulo Roberto Menezes Regô (2020) faz um apanhado sobre o contexto discutido:

Estes aspectos somente obterão êxito se os docentes levarem em consideração os conhecimentos prévios dos alunos, mobilizados na aplicação deste instrumento. Isso cumpre, aqui, papel diagnóstico acerca do domínio cognitivo sobre os conceitos e conteúdos históricos acumulados na trajetória do educando. Essa sondagem objetiva tornar democrático o espaço escolar, combatendo os princípios prevalentes no modelo de transmissão didática, no

⁴ Termo que faz referência a característica vinculada a disciplina de História, como uma matéria de “decorar textos”, corriqueiramente usada por diferentes integrantes do meio escolar.

⁵ Termo usado por Paulo Freire, para referenciar uma educação vazia de sentido de transformação social, distante da realidade e da vida dos alunos.

qual o aluno é compreendido apenas como um receptáculo dos conhecimentos científicos, centralizados na figura do professor, celebrado como único vetor possível do conhecimento. Entendemos ser mister do nosso trabalho valorizar o protagonismo dos alunos, rompendo com o binômio memorização/reprodução usuais na educação bancária [...] esta proposta, é tributária aos princípios da educação histórica, na perspectiva de utilizar o uso de fontes para problematizar o ensino de história, tornando-o mais significativo para o aluno (Rêgo, 2020, p. 48).

4.2 A digitalização/desmaterialização do dinheiro e sua influência no cotidiano dos jovens

A ciência numismática está diante de um grande desafio, entender-se imersa na dimensão digital. Será possível estudar as moedas sem analisar sua morfologia física? Como podemos medir o valor das novas formatações de riqueza como o mercado de criptomoedas? Como os jovens se inserem nesses novos processos econômicos? São eles parcialmente “desmaterializados”? O que deve ser feito para termos um maior controle sobre o capital, sem deixá-lo nos dominar? Quais os limites da desmaterialização monetária na relação homem/dinheiro?

Essas e outras perguntas afetam a constituição da “ciência das moedas” e consequentemente a realidade vigente, as novas gerações nascem em meio a parâmetros instáveis e voláteis de riqueza, sendo constantemente bombardeados por ideias de enriquecimento rápido, produzidas pela instantaneidade da acumulação de capitais nos bancos e contas digitais, o sistema ele nos coloca em uma “esteira automática” que nos afasta do real, nos afunda em uma compulsória desorientação, o ensino de História deve erguer-se como um mecanismo funcional para a sociedade, norteando nossas indagações e orientando-nos em meio ao caótico mundo capitalista contemporâneo.

A inserção de nossas vidas no ciberespaço, abriu caminhos para conhecermos uma infinidade de culturas e formas de vida distantes de nosso cotidiano, todavia, o acesso a esse universo de informações tem um “preço”, a nossa privacidade, as grandes empresas ligadas a internet e ao mundo digital, procuram monopolizar a distribuição de informações, aglutinando nossas escolhas, por meio dos aplicativos oferecidos elas, no texto: **“Big Tech - a ascensão dos dados e a morte da política”**, o autor bielorusso Morozov (2018), discute a imersão do mundo digital em nossas vidas e seus desdobramentos no campo político, principalmente no contexto internacional.

[...] o Vale do Silício destruiu a nossa capacidade de imaginar outros modelos de gestão e de organização da infraestrutura de comunicação.

Podemos esquecer os modelos que não se baseiam em publicidade e que não contribuem para a centralização de dados em servidores particulares instalados nos Estados Unidos.[...] Nós sucumbimos ao que o teórico social brasileiro Roberto Mangabeira Unger chama de "a ditadura da falta de opção": espera-se que aceitemos que o Gmail seja a melhor e única forma possível de usar o correio eletrônico e que o Facebook seja a melhor e a única maneira possível de nos conectarmos em redes sociais.(Mozorov, 2018, p. 34-35).

Se existe um processo de “desmaterialização” do dinheiro? Se ele é natural ou artificial? É cedo para afirmar qualquer coisa, mas podemos conjecturar que o nascimento e a proliferação do “PIX”, como ferramenta comercial, impulsionam o desgaste da existência física do dinheiro, por outro lado a sobrevivência do papel moeda é tátil e visível, principalmente em grupos sociais sem acesso facilitado a internet e smartphones ou a grupos mais conservadores, como adultos maduros e idosos.

O cenário que vem se desenhando nos faz pensar que essa pressão para a utilização de mecanismos comerciais digitais, incide com maior vigor nos jovens, de classe média, e ratifica a estratégia das grandes empresas privadas de tecnologia em obter acesso às nossas vidas e a maneira como gastamos e manuseamos nosso dinheiro, em favor dos produtos que compõem sua rede de monopólio, talvez fosse melhor, definir que nosso dinheiro não nos pertence, mas os pertencem.

A vivência em escolas públicas e privadas fomenta um alcance de observação amplo sobre a maneira como o processo histórico em questão afeta os jovens de diversas formas, sendo a desigualdade social um dos critérios de incidência. Tomando como recorte a realidade dos jovens na escola privada, primeiramente justificado pelo meu maior tempo de trabalho e consequentemente de observação e pesquisa, soma-se o alto grau de influência que o nicho social que esses alunos compõem sofre com a inserção do Pix e de outros mecanismos digitais (comerciais e monetários), no fim, “o dinheiro é informação virtual armazenada e transferida”, como afirma Vieira (2017).

[...] as manifestações do dinheiro não se esgotam nem nestas formas materiais, nem na própria materialidade dos objectos, pois há formas de dinheiro que não chegam sequer a ter existência física, embora possam ser convertidas em moeda física: são os casos da moeda escritural e da moeda electrónica. O caso desta última é particularmente evidente: aqui, o dinheiro não passa de informação virtual armazenada e transferida entre sistemas informáticos, que pode desaparecer tão silenciosamente como surgiu. Também o crédito e a dívida podem ser vistos como formas imateriais de dinheiro, muito mais antigas até que a própria moeda metálica. (VIEIRA, 2017, p. 02).

Mês após mês, semana após semana, alunos comentam, questionam e relatam suas aventuras no mundo monetário digital, escutá-los e entendê-los faz parte do processo que estou inserido para compreender de maneira mais precisa os desdobramentos da proliferação digital do dinheiro. Entre os alunos de ensino médio, das escolas privadas, a febre das apostas esportivas e das criptomoedas é acachapante, em muitos casos, os pais nem têm ciência da maneira como seus filhos gastam o “dinheiro da mesada”, o desejo de um enriquecimento rápido e sem esforço é tentador e extremamente persuasivo na cabeça de um adolescente que pouco viveu o mundo do trabalho.

A ideia de controle social é primordial para sustentar as engrenagens do sistema capitalista contemporâneo, a busca e controle de dados por grandes empresas, os auxilia na confecção das melhores iscas publicitárias que contaminam os jovens diariamente nas redes sociais, entre uma publicação e outra, criando um processo quase sem freio, de desorientação, de distanciamento da realidade, da práxis⁶.

Se navegarmos diante das artes, podemos ver os filmes de Matrix⁷, sendo o primeiro lançado em 1999, como um cenário possível, se naquele momento era considerado um futuro distante, depois de pouco mais de vinte anos, estamos imersos em algo parecido, com as devidas proporções metafóricas, a película cinematográfica deve ser entendida como uma fonte temporal, vivemos mergulhados num mundo de ilusões, criadas e reproduzidas por algoritmos, que deduzem nossas ações e influenciam nossas escolhas, somos figurantes diante de um poderoso sistema, bem montado e estruturado que sufoca críticas e impede que possamos abrir nossos olhos, a defasagem do ensino, a precarização das escolas, a aversão à política e o comodismo com a realidade são alguns dos mecanismos de controle e imposição social que sofremos, a desorientação leva ao bom funcionamento da operação do sistema capitalista contemporâneo.

4.3 A relação homem/dinheiro e seus desdobramentos na prática docente

O avanço da pesquisa e da construção do produto didático chegou numa fase que se fez necessário recolher de maneira mais objetiva possível as elucidações do cotidiano escolar, para isso foi aplicado um questionário com a finalidade de sistematizar as ideias que os alunos possuíam sobre a relação homem/dinheiro e de como se apropriam da realidade e entendem conceitos fundamentais, para a crítica e compreensão do processo histórico em análise.

⁶ Conceito marxista que se relaciona com os elementos que integram o ser social no seu recorte de realidade.

⁷ Filme lançado em 1999, e dirigido por Lana e Lilly Wachowski.

Essa complexa relação (homem/dinheiro) está inserida em discussão nos diferentes campos das ciências humanas, no artigo de Teles (2017), intitulado: **“A Complexa relação egoística entre o homem e o dinheiro: uma análise teórica a partir da filosofia e da psicologia”**, observamos a problematização da adjetivação do egoísmo que o dinheiro embrinca nas relações sociais.

Levados pela força e poderio do cruel capital, apreendemos forçosamente, desde criança, em nossas mentes ideias que nos direcionam a acreditar na imprescindibilidade do dinheiro para nossas vidas. As ideologias do mercado global tentam nos convencer a todo o momento que não podemos viver sem o dinheiro. Desde nossas infâncias nos dizem que dinheiro não nasce em árvore, que devemos trabalhar duro – com muito esforço sacrificial, para termos dinheiro. Nossos pais nos educam centrados no dinheiro e sua importância: temos uma mesada; ganhamos um cofrinho para poupar; dão-nos a responsabilidade de ir ao mercado comprar coisas, fazer contas e trazer o troco. Ao irmos à faculdade, com o fito de adquirir uma profissão, logo pensamos inicialmente nos salários das diversas formações laborais. (Teles, 2017, p. 207).

Almeja-se situar a íntima relação que todos somos levados a ter com o dinheiro desde criança, fazendo-nos cobiçar, desejar, possuir, por sermos ensinados que sem ele não existe “vida”, o conforto, a independência, o trabalho, o sucesso, sempre está atrelado a ele, tornando-o um prerequisite para nossa existência. Buscamos, também, compreender a visão dos alunos sobre as mudanças ocorridas no florescer do processo de digitalização/desmaterialização monetária.

A nossa constituição como ser social está diretamente relacionada com o capital e suas formas cambiais. Enveredar na ciência da história pela ótica marxista é problematizar os desdobramentos das relações sociais desencadeadas pelos conflitos de interesse e de poder na qual o capital encontra-se no centro geracional da vivência humana dentro da sociedade capitalista, a estrutura social vigente organiza-se e se mantém vivaz pelo distanciamento de classes, questionar a concentração do capital e problematizar a suas formas “monetizantes”⁸ é incomodar as balizas do capitalismo, é não se satisfazer em usar o dinheiro, mas em saber porque usamos ele dessa forma? Ou porque ele existe nessa forma? Pelo interesse de quem? ou por que a nossa existência pode ser medida em cifras? que acumulamos ou que deixamos de acumular.

Diante dos nossos olhos, vemos dia-a-dia nossos alunos imersos numa compulsória busca pelo atual, moderno, “premium”, mesmo que a diferença seja supérflua, de um modelo

⁸ Refiro-me às diferenciações monetárias do capital, concretas ou não, sejam moedas, cédulas, propriedades, criptomoedas etc.

a outro, a necessidade do novo movimenta nossos seres aos sacrifícios diários para obter o “tesouro momentâneo”⁹, Teles (2017) em sua obra faz uma importante interlocução com o pensamento do filósofo e linguista Chomsky (2016), colocando-nos como seres “atomizados”, ou seja, repartidos, corroídos e fragmentadas em pequenos egoísmos, sem norte e desorientados na esteira mercadológica do capitalismo.

[...] vivemos em um mundo onde os poderosos donos do mercado e do capital fabricam necessidades para as pessoas. O capital nos leva a todo o momento para coisas superficiais; encantam-nos com “baladas” (festas) cheias de luzes, com filmes em telas imensas, com sapatos que brilham, roupas que esticam, chocolates viciantes. Estão nos atomizando, instigando-nos a elevar cada dia mais nossa ganância. Afastando-nos de esforços que possam nos levar a pensar por nós mesmos, a questionarmos as autoridades deles. Eles, os que fabricam o dinheiro e que nos tomam o pouquinho que conseguimos ter com muito trabalho. (Chomsky, 2016 apud Teles, 2017, p. 211).

Desconstruir determinadas engrenagens do nosso sistema, doem, ferem, são impalatáveis muitas vezes, pois nos vemos prostrados na inércia que o sistema nos joga, ou impotentes pelo peso que carregamos, desistimos, antes de desembasar nossas lentes pelo vapor da máquina capitalista, a filosofia do dinheiro, conduzida pelo pensamento de Chomsky (2016) e muito antes pelo sociólogo alemão Georg Simmel nos envolve num emaranhado de incertezas e dúvidas sobre como proceder e agir diante das vicissitudes da vida, a grande questão é não chocar-se com o processo de desmaterialização/digitalização do dinheiro, mas compreender que a fluidez do capital em sua essência, desde seu nascedouro, apontava para um futuro, este que vivemos hoje, onde as tipificações monetárias devem se liquefazer tornando ainda mais desafiador a conquista da orientação histórica necessária para romper a bolha do sistema.

Manusear o dinheiro contra ele mesmo, talvez seja a primeira barreira a ser superada pelos jovens, o fazer entender a complexidade de sua composição ao longo da história e seus reflexos na práxis é um degrau um tanto quanto alto, mas que torna-se fundamental para posteriormente aproximá-lo, como objeto de estudo, e por sua análise e crítica ansiar por uma vivência digna e verdadeiramente livre dentro do mundo, usufruir das ainda vivas materialidades é uma maneira de abrir um portal de interesse para uma busca maior e constante que nossos alunos terão para além dos muros da escola.

⁹ Refiro-me às mercadorias/produtos situados como atuais e modernos, que se tornam objetos de desejo na sociedade capitalista.

As ideias de Simmel nascidas juntas ao século XX ainda alimentam as discussões sobre a relação homem/dinheiro, **Marques (2011) em sua dissertação de mestrado, intituladas: “A Tragédia da Liberdade na Filosofia do Dinheiro de Georg Simmel”**, traz à tona a polissemia do dinheiro, apontada e discutida anteriormente sob a ótica da numismática, todavia, é visceral destacar a contemporaneidade de suas ideias, a reflexão sobre seu pensamento mostra-se de valor substancial nas discussões sobre o aspecto vivo que reside na relação indivíduo-objeto.

O dinheiro é essa matéria viva onde não sobrevivemos nus de forma. A sua evolução é já um desprender constante da forma, um dividir que se liquefaz, um tomizar que se atomiza até à matéria. Sem qualidades, ele é a anti-hóstia; é trans-acidental, a mesma não substância, a mesma matéria informe, quaisquer acidentes ou formas o envolvam. Há, na Filosofia do Dinheiro, algo de Tales; Simmel imerge-nos numa liquidez primordial. Dinheiro e vida são matéria a fluir. O dinheiro, como mais tarde a vida, é a não forma de todas as formas, é donde e aonde todas as formas saem e caem, e por isso fluxo neutral, matéria viva. (Marques, 2011, p. 130).

A leitura e análise das respostas do questionário proposto aos alunos devem estar em paralelo dialógico com a matriz filosófica e histórica apresentada ao longo do capítulo, sem perder de vista a confecção do produto didático que linke, aproxime, conecte o aluno com a materialidade e também a imaterialidade do dinheiro.

As informações obtidas foram tabuladas, um detalhe importante é que o instrumento foi produzido no formato de livre participação, com os alunos da turma da 2ª série do Ensino Médio, do Colégio Ação, no primeiro semestre de 2023, enquanto estavam envolvidos com temáticas de história econômica, que integram o currículo de história do Brasil, suas dificuldades em compreender as transformações ou certas crises presentes nessas temporalidades, ofereceu o ambiente perfeito para a aplicação dessa ferramenta de pesquisa.

Abaixo segue a tabela com as perguntas propostas aos alunos, a coleta de respostas e a sistematização dos dados foi fundamental para o aprofundamento da pesquisa e do produto didático que irei apresentar no capítulo seguinte, vale ressaltar que os nomes dos alunos foram subtraídos, visando o direito à privacidade dos mesmos. O questionário foi feito na plataforma do “*google forms*” pensando numa melhor maneira de organizar as informações obtidas, sendo quatro questões discursivas (subjetivas) e três questões objetivas, além de um espaço aberto para comentários gerais sobre o tema.

Quadro 01 – Questionário da Pesquisa

Questionário para pesquisa de mestrado	
Esse questionário foi realizado com a turma da 2ª série do Colégio Ação, com o intuito de colaborar com a pesquisa de mestrado do professor de História da turma, Álvaro Varela. OBS: os nomes dos respectivos alunos não serão revelados, preservando a privacidade de suas identidades, o objetivo maior é analisar as respectivas respostas dentro do espectro da pesquisa.	
Aluno (a): ??	Idade: ??
Como você definiria o conceito de materialidade?	
Qual a importância do dinheiro na sua vida?	
Qual a importância do dinheiro para a sociedade em que vivemos?	
Você acha que ferramentas digitais, como o pix, melhora o cotidiano das pessoas? Comente.	

Fonte: autoria própria (2024).

Vale ressaltar que o conceito de materialidade foi trabalho em sala de aula paralelamente às mudanças econômicas vividas no Brasil no transcorrer dos séculos XIX e XX, o envolvimento dos alunos na atividade foi de grande proveito, principalmente por despertar a curiosidade sobre a fase da pesquisa que estava em curso naquele momento. A seguir, está a tabulação das respostas (questões discursivas):

Quadro 02 – Questionário da Pesquisa com as Respostas dos Participantes

Questionário para pesquisa de mestrado	
Esse questionário foi realizado com a turma da 2ª série do Colégio Ação, com o intuito de colaborar com a pesquisa de mestrado do professor de História da turma, Álvaro Varela. OBS: os nomes dos respectivos alunos não serão revelados, preservando a privacidade de suas identidades, o objetivo maior é analisar as respectivas respostas dentro do espectro da pesquisa.	
Aluno (a): R.R	Idade: 16
Como você definiria o conceito de materialidade?	A forma como a sociedade como seres pensantes que tendem a valorizar muito mais os objetos e coisas materiais do que algo que vem com o sentimento e mais pessoal
Qual a importância do dinheiro na sua vida?	O dinheiro basicamente move minha vida, sem ele não é possível eu ter uma condição básica de vida
Qual a importância do dinheiro para a sociedade em que vivemos?	O dinheiro para sociedade é como uma forma de poder, quanto mais dinheiro, mais poder se tem. Se você não tem dinheiro, não tem poder.

Você acha que ferramentas digitais, como o pix, melhora o cotidiano das pessoas? Comente.	Sim, vem a se tornar uma facilidade no cotidiano, fazendo-se cada vez mais presente no nosso.
Aluno (a): J.V.G	Idade: 16
Como você definiria o conceito de materialidade?	A forma com que vc se importa mais com os bens materiais do que com pessoas ou relações sociais. A materialidade está fortemente ligada com a ganância, quanto mais vc tem objetos ou coisas, mais vc sente vontade de ter. Esse fato é uma grande característica do ser humano.
Qual a importância do dinheiro na sua vida?	O dinheiro atualmente define seu “valor” na sociedade, se vc n tiver, vc automaticamente n tem, então no sistema capitalista atual, sem o dinheiro vc n vive.
Qual a importância do dinheiro para a sociedade em que vivemos?	O dinheiro move o sistema atual do mundo, mas o mesmo acaba q corrompe o homem ao passar dos anos, o dinheiro gera ganância, inveja e poder. Quanto mais você tem dinheiro, muito mais vc quer, e isso nós torna escravos de um sistema capitalista, com a ilusão de quanto mais vc trabalhar, mais vai ganhar, o que é uma grande mentira.
Você acha que ferramentas digitais, como o pix, melhora o cotidiano das pessoas? Comente.	Ajuda a facilitar atividades no dia a dia, com mais praticidade, com isso, também compromete as relações sociais com outras pessoas, a partir do ponto que digitaliza tudo.
Aluno (a): P.F	Idade: 16
Como você definiria o conceito de materialidade?	materialidade é algo que você possui, algo que você pode obter
Qual a importância do dinheiro na sua vida?	o dinheiro é uma das formas de ajudar a alcançar seus objetivos
Qual a importância do dinheiro para a sociedade em que vivemos?	é importante para fazer o gerenciamento de atividades, trabalhos e aumentar o desenvolvimento da sociedade
Você acha que ferramentas digitais, como o pix, melhora o cotidiano das pessoas? Comente.	facilita bastante para não ficar levando muitas coisas na carteira e outras coisas
Aluno (a): J.V.F	Idade: 17
Como você definiria o conceito de materialidade?	Materialidade é o valor que damos à algo material. Se você se importa com bens materiais ao ponto de trocar pessoas por eles, você é uma pessoa materialista.
Qual a importância do dinheiro na sua vida?	O dinheiro é importante em tudo na minha vida. Sem ele, não consigo comer, dormir confortavelmente, vestir roupas e muito

	menos ter respeito.
Qual a importância do dinheiro para a sociedade em que vivemos?	O dinheiro é o centro de tudo. Com ele nós conseguimos conquistar nossas coisas e viver confortavelmente. Sem ele, o sistema todo se complicaria, desde a aquisição de bens até o controle de gastos com energia e água por exemplo.
Você acha que ferramentas digitais, como o pix, melhora o cotidiano das pessoas? Comente.	Sim, pois facilita e agiliza o processo de pagamento, além de otimizar um espaço no bolso.
Aluno (a): R.B	Idade: 17
Como você definiria o conceito de materialidade?	Tudo que podemos tocar é considerado materialidade
Qual a importância do dinheiro na sua vida?	O dinheiro é importante pra tudo, sem ele não conseguimos nos sustentar e viver uma vida básica
Qual a importância do dinheiro para a sociedade em que vivemos?	Na sociedade que vivemos o dinheiro é a base de tudo, tanto que quanto mais você tiver mais poder terá também
Você acha que ferramentas digitais, como o pix, melhora o cotidiano das pessoas? Comente.	De certa forma sim, por ser uma forma mais prática de levar com você o dinheiro
Aluno (a): V.F	Idade: 16
Como você definiria o conceito de materialidade?	É o amor a coisas materiais
Qual a importância do dinheiro na sua vida?	O dinheiro é importante para garantir uma boa qualidade de vida
Qual a importância do dinheiro para a sociedade em que vivemos?	O dinheiro é importante para garantir uma boa qualidade de vida e traz felicidade
Você acha que ferramentas digitais, como o pix, melhora o cotidiano das pessoas? Comente.	Sim pois facilitam transferência financeiras
Aluno (a): I.S	Idade: 16
Como você definiria o conceito de materialidade?	É a qualidade de algum bem que você possui, seja ele material ou patrimonial.
Qual a importância do dinheiro na sua vida?	sobrevivência, pois hoje em dia precisamos do dinheiro para comprar comidas, roupas e etc.
Qual a importância do dinheiro para a sociedade em que vivemos?	luxo, pois a sociedade se importa muito com bens materiais (celulares, carros...) e viagens.

Você acha que ferramentas digitais, como o pix, melhora o cotidiano das pessoas? Comente.	sim, pois é mais prático e rápido.
Aluno (a): L.G	Idade: 16
Como você definiria o conceito de materialidade?	materialidade seria o conceito de material logo tudo aquilo que pode ser tocado
Qual a importância do dinheiro na sua vida?	não morrer de fome
Qual a importância do dinheiro para a sociedade em que vivemos?	a importância é alta já que todo gira por conta do dinheiro
Você acha que ferramentas digitais, como o pix, melhora o cotidiano das pessoas? Comente.	sim pois a facilidade de encontrar tudo em um unico lugar ajuda quando por exemplo esquecemos a carteira em casa
Aluno (a): K.V	Idade: 17
Como você definiria o conceito de materialidade?	valorizar muito aquilo que é apenas algo material
Qual a importância do dinheiro na sua vida?	ele é a base de tudo que me rodeia (a igreja é uma exceção), um exemplo é a escola e alimentação
Qual a importância do dinheiro para a sociedade em que vivemos?	muitos levam o dinheiro como uma forma de ter poder, enquanto alguns levam como uma forma de suprir necessidades
Você acha que ferramentas digitais, como o pix, melhora o cotidiano das pessoas? Comente.	sim, acaba facilitando a forma de transferências de dinheiro e pagamentos mais rápidos
Espaço livre para fazer análises e comentários sobre o tema em questão (OBS: a única pessoa dentre os alunos a escrever nesse espaço)	As pessoas estão se deixando ser dominadas pelo capitalismo, onde hoje em dia o dinheiro é mais importante do que outros afazeres ou familiares

Fonte: autoria própria (2024).

A leitura das respectivas respostas do questionário ratifica o panorama abordado ao longo da obra, a vivência desses jovens reflete o entendimento que eles possuem sobre os processos que estão em vigência na sociedade capitalista, seus juízos de valor sobre os problemas e a maneira como as pessoas se relacionam umas com as outras e com o mundo em

si reverbera na problemática da desorientação histórica, tornando-a como um problema que requer cuidado e atenção.

A percepção desses alunos deve estar alinhada com um arcabouço teórico rico que os impulse na desconstrução da membrana ilusória condicionada pelo capitalismo em todos nós. A recorrência de certos verbos, como “poder”, “sobreviver”, “precisar”, “garantir”, nas respostas demonstra a visão apurada que eles possuem sobre o contexto histórico que vivemos, o ensino de história entra como uma ferramenta de aprofundamento científico utilizada pelos alunos na ampliação de suas perspectivas analíticas sobre o mundo.

Na primeira pergunta procuramos saber o que eles entendem por materialidade e acabamos encontrando conjecturas a mais, como na resposta do aluno (a) R.R. *“A forma como a sociedade como seres pensantes que tendem a valorizar muito mais os objetos e coisas materiais do que algo que vem com o sentimento e mais pessoal”*,¹⁰ é evidente a comparação que o aluno faz sobre o valor de possuir coisas em contraste com cativar pessoas, esse tipo de pensamento nos coloca em xeque a ideia de uma balança desproporcional na relação homem/objeto que pode ser diluída na relação homem/dinheiro.

Sobre a mesma pergunta o aluno(a) J.V.G compartilha com a base do pensamento de seu colega, *“A materialidade está fortemente ligada com a ganância, quanto mais vc tem objetos ou coisas, mais vc sente vontade de ter. Esse fato é uma grande característica do ser humano.”*,¹¹ outrora vimos como o conceito de dinheiro e materialidade se fundem a própria essência da humanidade, e agora analisamos como esse aluno compreende como a ganância é uma característica humana, a grande questão é o sistema configura uma sociedade que molda os indivíduos ao ponto de imbricar a sede de possuir/obter, ser uma característica humana.

Em ambos os casos observamos uma poderosa associação entre materialidade, dinheiro e status, que misturadas ao motor da ganância capitalista nos faz pensar sobre a nossa própria essência humana. Para se ter status e ser bem quisto na sociedade, é necessário possuir (materialidade), e para tal é impreterível ter dinheiro, logo o homem se torna subserviente do mesmo, essa lógica percorre pelo imaginário desses e de outros tantos alunos e começamos a pensar se o dinheiro que em certa medida surgiu como um facilitador das trocas comerciais passou a ser entendido e empregado de uma maneira errada? ou degradante? que nos atomiza? No já citado artigo de Teles (2017) podemos enveredar pelas ideias de Bourdieu e da tipificação do ser humano, confirmando como o sistema alimenta a ganância e a usa como sustentáculo, rebaixando-nos a “escravos da materialidade”.

¹⁰ Informações coletadas por meio de entrevista, que ocorreu entre 13 e 20 de junho de 2024.

¹¹ Informações coletadas por meio de entrevista, que ocorreu entre 13 e 20 de junho de 2024.

É premente que percebamos o uso errado que a humanidade tem feito do dinheiro. Era para este bem servir de facilitador das relações humanas, mas tem servido como chefe da subserviência e como diferenciador dos “tipos” de ser humano. [...] é possível saber a que tipo de classe social pertence um ser humano por meio da observação de algumas características, hábitos etc., notadamente os relacionados aos cuidados com o corpo, às vestes, aos acessórios estéticos. E todos estes aparatos são comprados com dinheiro. (Teles, 2017, p. 216).

No segundo questionamento os indago sobre a importância do dinheiro em suas vidas, as respostas convergem para a garantia do conforto e a sobrevivência no mundo, muitas vezes nossos alunos não buscam observar para além do seu recorte existencial e de seus pares, dessa forma os afunda a viver sob uma única forma, reflexo disso é o pensamento dos aluno(a) I.S *“sobrevivência, pois hoje em dia precisamos do dinheiro para comprar comidas, roupas e etc.”* e R.B *“Na sociedade que vivemos o dinheiro é a base de tudo, tanto que quanto mais você tiver mais poder terá também”*,¹² sobrevivência e poder são as duas pontas da sociedade, de um lado aqueles que não possuem e buscam apenas sobreviver mês a mês ou até dia após dia, do outro um pequeno grupo que luta pelo poder de comandar e influenciar os outros e ao meio desses dois lados observamos o dinheiro como aspecto conflitante entre esses grupos sociais.

A terceira pergunta compele os alunos a pensar a importância do dinheiro num contexto maior, problematizando a sociedade como um todo, como o aluno (a) J.V.G. o faz *“O dinheiro move o sistema atual do mundo, mas o mesmo acaba q corrompe o homem ao passar dos anos, o dinheiro gera ganância, inveja e poder. Quanto mais você tem dinheiro, muito mais vc quer, e isso nós torna escravos de um sistema capitalista, com a ilusão de quanto mais vc trabalhar, mais vai ganhar, o que é uma grande mentira.”*,¹³ por mais que possa parecer confuso num primeiro momento, o aluno põe seu julgamento sobre o funcionamento do mundo capitalista, pontuando a ausência de liberdade que a humanidade possui, sendo ela motivada a buscar algo que jamais conseguirá, desconstruindo a máxima popular plantada no imaginário do trabalhador brasileiro “Quem cedo madruga, Deus ajuda”.

O quarto questionamento promove uma reflexão sobre os impactos no cotidiano da inserção de ferramentas digitais, como o pix, as respostas produzidas por unanimidade denotam para o viés de facilitador e otimizador do meio digital no campo financeiro/comercial, realçando a evidente proliferação desse mecanismo na dinâmica diária do mundo contemporâneo. Se debruçarmo-nos na resposta do aluno (a) J.V.G *“Ajuda a*

¹² Informações coletadas por meio de entrevista, que ocorreu entre 13 e 20 de junho de 2024.

¹³ Informações coletadas por meio de entrevista, que ocorreu entre 13 e 20 de junho de 2024.

facilitar atividades no dia a dia, com mais praticidade, com isso, também compromete as relações sociais com outras pessoas, a partir do ponto que digitaliza tudo.”,¹⁴ devemos nos atentar para a amplitude da exposição de sua ideia em que a digitalização compromete as relações sociais, apesar dos efeitos benéficos já citados, é importante perceber que nossos alunos não são seres alheios do processo, mas agentes históricos que possuem percepções próprias da realidade fazendo desbravar, em até certa medida, caminhos inéditos de apropriação do meio social tornando o ensino e a aprendizagem da história rica e dinâmica.

Diferentemente das questões discursivas que oferecem liberdade de resposta, às questões objetivas são indicadores de resposta, direcionando o aluno a refletir sobre uma ideia pré-organizada em uma dada alternativa, esperando uma confirmação imagética. As duas primeiras questões procuram saber o nível de “usualidade” com a ferramenta pix e com o dinheiro físico (cédulas e moedas), já a terceira questão oferece dois juízos de valor sobre o panorama da desmaterialização monetária.

Gráfico 01 – Respostas sobre conhecimento do Pix



Fonte: autoria própria (2024).

Nesse recorte podemos observar a predominância da segunda alternativa, “*Sim, sei como funciona e uso corriqueiramente.*” atestando o enraizamento da cultura monetária digital no cotidiano dos alunos e o domínio deles sobre uma de suas principais ferramentas atuais, o Pix¹⁵, ainda assim, a existência de uma marcação na primeira alternativa, “*sim, eu a uso, mas tenho dificuldade em utilizar.*”¹⁶ pode ressoar como um processo não consolidado,

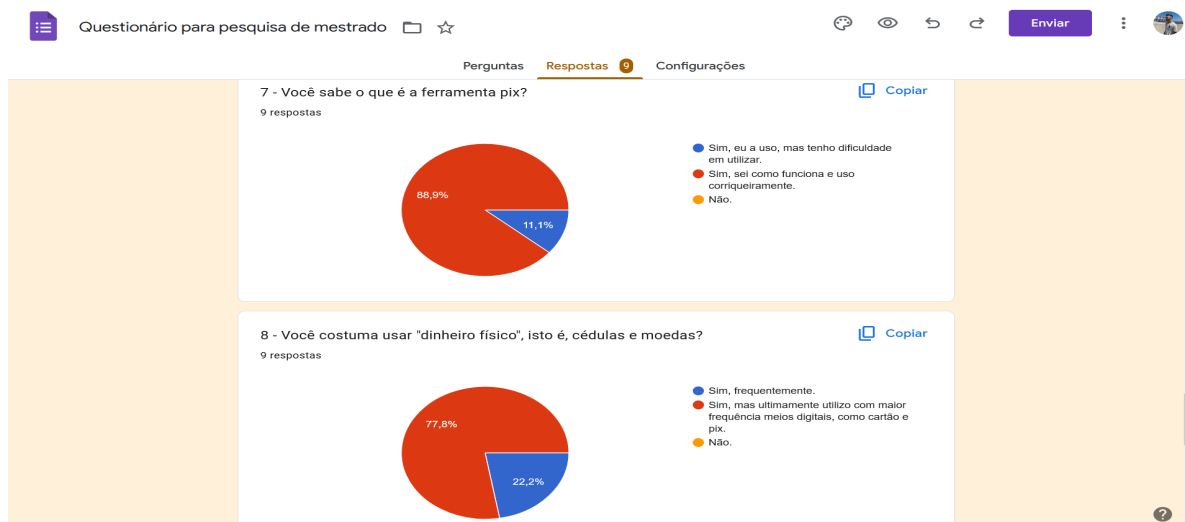
¹⁴ Informações coletadas por meio de entrevista, que ocorreu entre 13 e 20 de junho de 2024.

¹⁵ Pagamento Eletrônico Instantâneo.

¹⁶ Informações coletadas por meio de entrevista, que ocorreu entre 13 e 20 de junho de 2024.

não concretizado em sua totalidade ou ainda um processo incapaz de fomentar a completude da sociedade, existe resistência/dificuldade a sua inserção, inclusive entre jovens de classe média.

Gráfico 02 – Respostas sobre uso de dinheiro físico



Fonte: autoria própria (2024).

No segundo questionamento, procuramos vislumbrar a sobrevivência da tipificação material do dinheiro, em moedas e cédulas, no dia a dia dos jovens, nesse caso tivemos uma ligeira diminuição da predominância de uma alternativa, enquanto o sim para o uso de dinheiro físico obteve 22,2 %, a segunda alternativa obteve 77,8% para o uso do dinheiro físico, mas com preferência para a utilização de ferramentas digitais, como cartão e pix. Esse cenário agi como um complemento à questão anterior, em que torna-se latente que vivemos um período dinâmico de redimensionamento dos mecanismos econômicos que reverberam sobre nossas relações sociais.

O conceito de economia digital vem sendo debatido intensivamente a mais de duas décadas, concomitantemente a problemática da desconstrução dos limites do processo de globalização, ambos demonstram um impulso para uma nova configuração do meio social, caracterizado pela instantaneidade das informações e do consumo, escondendo a formação de um fosso social ainda maior sobre as classes sociais existentes, na medida que flexibilizam empregos e afunilam os altos salários a cargos altamente especializados, muitas vezes inatingíveis para a maior parcela da população que não tem acesso a esse tipo de formação.

A proliferação dessas novas ferramentas é um processo necessário para a expansão da economia digital dentro do sistema capitalista contemporâneo, no artigo: **ECONOMIA**

DIGITAL, MERCADO DE TRABALHO E INCLUSÃO DA PESSOA COM A DEFICIÊNCIA, a autora Santos (2018), debate os percalços na criação de políticas públicas dentro desse contexto digitalizante que vivemos.

A economia digital pode ser definida, numa apertada síntese, como a parcela da produção econômica derivada de uma série de insumos que inclui habilidades digitais, equipamentos (hardware, software de comunicação) e a intermediação digital aplicados na produção de bens e serviços [...] este novo modelo de produção na denominada economia de plataforma constitui uma complexa dimensão do capitalismo que afeta drasticamente todo o mercado de trabalho, inclusive aqueles que estão completamente out-line (alheio ao mundo digital). (Santos, 2018, p. 45).

Adiante, Santos (2018) enfatiza o enfraquecimento dos vínculos empregatícios, com a expansão dos empregos freelancers, evidenciar essa e outras consequências da economia digital é essencial na compreensão macro do processo de desmaterialização monetária em meio a relação homem/dinheiro, por vezes nossos alunos focam apenas nos benefícios fazendo os efeitos colaterais situarem-se por trás da penumbra da modernidade.

A última pergunta, “você acha que o mundo está passando por um processo de desmaterialização econômica/monetária?” obtivemos 100% das respostas em uma única alternativa, “Sim, é possível observar que o mundo está mergulhado num ciber universo, e assim como nossas relações interpessoais estão se digitalizando, as relações comerciais/monetárias também”, fazendo-nos pensar que o processo é inevitável, que cedo ou tarde ele tomará sua totalidade, essa inferência retumba numa imensa preocupação, será que essa geração está preparada para a vida nesse modelo social e econômico?

Observando o presente, o sentimento é angustiante, por vezes sufocante, como se fôssemos empurrados para um caminho onde não temos controle sobre nós mesmos, onde nossas escolhas partem de algoritmos, sem conhecer o passado e sem a preocupação de orientar as escolhas do presente, o futuro desenha-se mecanicamente, por linhas retilíneas, sobrepostas aos desejos do sistema capitalista contemporâneo. (Santos, 2018).

CAPÍTULO 5 – ENTRE MUSEUS E SALAS DE AULA: O MUNDO DIGITAL E AS MOEDAS NO ENSINO DE HISTÓRIA

O presente trabalho foi pensado como um meio de colaboração para educadores e alunos, a construção de mecanismos e estratégias eficazes no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizado é o fio condutor que energiza a realidade escolar, a confecção de um roteiro interativo é uma forma de sequência didática de fácil uso e acesso, o roteiro foi montado na plataforma digital “*Genial.ly*”, que contém ferramentas diversificadas e dinâmicas para a modelagem de recursos didáticos, podendo ser utilizado por qualquer smartphone ou computador, com acesso à internet.

O roteiro funciona sob a lógica de um “*escape room*”, com desafios sendo propostos e a progressão depende do êxito do usuário, ao final, o jogador será submetido a desvendar a palavra-chave do game (código secreto), vale salientar que este “*secret code*” é a resposta para o mistério proposto na parte inicial do jogo e está contido em uma das partes do game.

Além da parte de jogabilidade o roteiro inclui links de visitação a 4 museus, dois brasileiros: o Museu de História Nacional e o Museu de Valores do Banco Central, e dois estrangeiros, o Museu Casa da Moeda de Portugal e o Museu do dinheiro, da sociedade numismática americana, situado nos E.U.A, a ideia é fazer com que o usuário visite as coleções digitais oferecidas pelos sites dessas instituições, e colha informações para responder os desafios propostos no “*escape room*”, outro mecanismo funcional do roteiro é o oferecimento de um modelo de sequência didática que pode ser utilizado como norte para ajudar outros docentes na inclusão da numismática em suas aulas, por fim também é oferecido no roteiro artefatos destaques de cada acervo museológico sugerido.

5.1 O museu como um espaço educativo no ensino de história

A museologia é uma ciência que procura entender o valor histórico, artístico e cultural de determinados objetos, usufruir dos parâmetros analíticos e teóricos dessa ciência amplia nossa discussão sobre as demandas materiais humanas no contexto do capitalismo contemporâneo, em síntese a relação “homem/dinheiro”. No artigo: **O museu histórico como agente de ação educativa**, publicado na Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, a autora, Rodrigues (2010), fomenta a urgência de se entender o conceito de mudança e de como diferentes olhares temporais incidem sobre um mesmo objeto, desencadeando novos valores, anseios e ações, modelando comportamentos individuais e coletivos.

Nesta perspectiva as peças do museu não são simples artefatos, eles são fontes de informação, assim se convertem em um documento em que um historiador poderá pesquisar. Devemos Começar a refletir sobre nossos próprios objetos, se não pensarmos no nosso presente vivido, não há como construirmos um conhecimento sobre o passado. (Rodrigues, 2010, p. 34).

Existe uma barreira que precisa ser superada, antes de inserir os alunos na visita das coleções digitais de qualquer que seja o museu, estamos falando da desconstrução do senso comum sobre a instituição museológica, costumeiramente associamos esses espaços como lugares que encontramos “objetos antigos”, “coisas velhas”, como os alunos dizem, todavia, o museu apresenta uma existência mais profunda. Na obra de Motta (2020), de título: **Museus históricos no mundo digital e suas potencialidades em sala de aula**, encontramos uma boa definição do papel dos museus.

De outra maneira, o museu é, assim, uma instituição a serviço da sociedade destinada a salvaguardar o patrimônio humano e natural, entendendo este como o conjunto de bens que plasmam em sua materialidade as histórias, os contextos, as identidades, as expressões e as crenças de um grupo social, e que, por isso, merecem destaque e proteção. É missão do museu, também, zelar pela proteção e pela divulgação das informações presentes e/ou relacionadas a esse patrimônio. (Motta, 2020, p. 239).

Vencida a concepção banal, chegamos ao próximo passo, o de compreender a vivacidade do passado e do que se preservou ao longo do tempo, muitos estudantes do ensino básico, desprezam a história e o que lhe cerca, por não enxergar funcionalidade ou valor temporal presente, o objetivo dos professores, especialmente os de História, é abalar esse imaginário tácito e promover a configuração de uma mentalidade interessada no entendimento do mundo como resultado de processos, marcados por ações originárias e transformadoras, em outras palavras, fomentados pela dinâmica histórica, na qual eles estão inseridos e conectados com indivíduos e sociedade de tempo pretéritos.

O museu passa a ser um espaço chave na consumação desse processo educativo, na medida que aproxima os jovens da materialidade que por bem, a instituição e os valores que a cercam, decidiram preservar. Salientar, por exemplo, que a colocação decidiu preservar artefato “X” em detrimento de artefato “Y”, passa a ser reflexo dos desdobramentos sociais e políticos do projeto de civilização que se busca, é importante amparar os alunos teoricamente antes de levá-los a experimentação, só assim, podemos envolvê-los nas densidades históricas que residem em dados objetos, mais uma vez, proponho dialogar com o pensamento da Ana Ramos, sobre o imenso potencial educativo que devemos extrair da vitalidade intrínseca da

cultura material. “Devemos retirar os objetos de sua nostalgia e recolocá-los na história, para que possamos conhecer o nosso mundo e o mundo de outros tempos e outros espaços, pois há vida nos objetos e o conhecimento histórico ganha novas densidades quando cultivamos a nossa afetividade com os objetos.” (Rodrigues, 2010, p. 218).

Sendo o museu um espaço de rememoração que procura conservar e transmitir a memória de certas materialidades, é imperativo mediar a compreensão dos alunos sobre o entendimento de mutabilidade dos objetos, afinal o processo de rememorar implica em novos olhares e significâncias, quando observamos uma moeda do século XIX, do Brasil colônia, como encontramos nos acervos digitais sugeridos pelo roteiro, não estamos analisando tão somente o valor monetário do artefato, mas todo o arcabouço “memoriológico” que o envolve, sua função a muito tempo deixou de ser “dinheiro”, ele foi reinserido na sociedade como enlace temporal, que através das ferramentas científicas pode ser indagado e fornecer fragmentos de memória sobre sua “primeira vida”, o pesquisador retoricamente, fala as respostas de suas próprias perguntas, tais informações são absorvidas de maneiras diferentes, variando de acordo com o interesse pedagógico daquele que fez a pergunta. A mestra em educação, Matos (2013) publicou um importante estudo sobre a política museal brasileira, intitulado: **Educação Museal: o caráter pedagógico do museu na construção do conhecimento**, ela destrincha.

Portanto, ao se trabalhar com museus, é preciso que ele seja desnaturalizado e concebido como resultado da cultura, compreendendo que ele não é em si um espaço onde se expressa a realidade tal como ela é, se é que isso é possível de ser observado. Esta questão nos leva a outras indagações, tais como: o documento reflete, tal qual um espelho, a realidade? Ou oferece uma interpretação possível a partir de seu interlocutor? Para alguns, isso pode parecer um pouco óbvio, mas é preciso deixar claro que, como se trata de um acervo documental, o museu retrata uma interpretação possível para um determinado fato e o faz por meio de processos comunicativos. (Matos, 2014, p. 97).

Dessa forma é evidente e latente a necessidade de aproximar os museus da realidade escolar brasileira, visando o aprimoramento do ensino de história, apesar das dificuldades de infraestrutura dos espaços escolares públicos, os colégios privados, tomando como norte os que estive em minha trajetória docente, fornecem equipamentos para a inserção do museu no cotidiano de crianças e jovens.

Braga (2015), teve um capítulo de sua tese de doutorado, publicado como artigo, de nome: **Discutindo o ensino de História mediado pelos Museus: experiências docentes no Museu de Artes e Ofícios-BH**, elucida o caráter formativo dessas instituições.

Os museus são ambientes de formação, e seu uso proporciona reflexões sobre os saberes e as estratégias que serão mobilizados, rompendo com limitações conceituais e práticas da educação. São ambientes que proporcionam experiências e trocas diferentes das que acontecem em uma situação relacional em sala de aula. Os museus constroem uma narrativa visual por meio de cenografias com objetos, totens multimídias, legendas, focos de luz e espaços vazios. Nesses ambientes, os sentidos são despertados pela relação corpórea com as coisas no mundo. Entre os sentidos, a visão é responsável pela percepção e desperta outros sentidos, sendo responsável por fenômenos miméticos, que dão sentido à exposição e despertam nos sujeitos a vontade de narrar suas histórias para preservar suas memórias. (Braga, 2015, p. 54).

Com o advento do mundo digital e de aparelhos celulares e computadores, vencemos a barreira de locomoção, isto é, o acesso a esses espaços formativos passaram a ser facilitados com a construção de acervos digitais, abrindo uma série de possibilidades pedagógicas a serem usadas em sala de aula, e consequentemente novas demandas e preocupações emergem paralelas ao processo de expansão dos museus.

5.2 A construção de um roteiro interativo

O produto criado não foi aplicado completamente em sala de aula até o momento da escrita deste capítulo, sua confecção foi realizada pensando no despertar de novas ideias sobre a “didática das coisas”, isto é, busca-se impulsionar o trabalho sobre diferentes materialidades e promover a valorização da numismática. Sua composição se dá pela interface de um livro segmentado em capítulos, totalizando 9, sendo cada um deles uma faceta informativa do roteiro.

O ACESSO AO PRODUTO SE DÁ ATRAVÉS DO SEGUINTE LINK:

<https://view.genially.com/657054638ea79a0014736086/interactive-content-roteiro-interativo-de-historia>

Podemos dividir o produto em 4 partes, a primeira é referente a apresentar para o usuário (aluno ou professor) o projeto que motivou a criação do produto didático, de maneira breve e resumida apresento um comentário sobre a relação do homem/dinheiro e da importância da numismática para o ensino de história e para uma melhor compreensão de nossa vida no mundo contemporâneo.

Em um seguida adentramos na segunda parte do produto: “o modelo geral”, que é uma espécie de sequência didática, propositiva e sugestiva, visando auxiliar o processo da montagem de um planejamento para o docente que sinta-se interessado na utilização do roteiro interativo, vale salientar que é um modelo de plano de aula adaptável, com 4 indicações pedagógicas: a primeira sugere uma pesquisa sobre a origem das coleções museológicas, se foram doadas ou resultado de trabalho de campo, o objetivo é incitar o ímpeto da pesquisa no aluno, além de elucidar sobre o trabalho do arqueólogo e do historiador e o cruzamento de suas respectivas ciências no desenvolvimento do conhecimento das humanidades.

A 2ª etapa seria a organização e tabulação das informações morfológicas de exemplares previamente selecionados, de acordo com o planejamento do docente, visando criar uma ficha técnica, que é uma das ferramentas mais importantes da arqueologia.

A 3ª etapa sugere uma reflexão sobre o uso do objeto (moeda) no seu contexto original e sua nova função, neste caso museológica, no contexto atual, ou ainda dialogar sobre os diferentes usos do dinheiro, nas sociedades pretéritas e na sociedade capitalista contemporânea.

Por fim, a 4ª etapa, indicada como bônus, nela os alunos seriam levados a pensar sobre a iconografia das moedas e sua capacidade de alusão e memorialização histórica, dessa maneira os discentes confeccionarem, visualmente, “novas moedas” com referenciais históricos próprios, incitando-os a problematizar as figuras históricas enaltecidas e ou silenciadas pela história.

Nessa última etapa, apresento uma “nova moeda”, como exemplo para potencializar a criatividade dos alunos, com uma iconografia que faz referência histórica a Zumbi dos Palmares, símbolo da resistência negra da história do Brasil, a ideia também, é de sugerir uma comparação com as figuras tradicionalmente apresentadas em nossas moedas.

Finalizada a segunda parte do roteiro adentramos as visitas virtuais, inicialmente o usuário tem acesso ao mapa mundi com a localização dos museus e seus respectivos links de acesso, para cada museu foi criado uma sessão ou exemplar de destaque, onde é proposto interlocuções com o ensino de história.

No Museu Casa da Moeda de Portugal, foi destacado um exemplar numismático do período joanino, no Museu de Valores do Banco Central do Brasil foi destacado uma sessão sobre as primeiras moedas cunhadas no Brasil, ainda no período de domínio holandês, já no Museu de História Nacional o destaque foi na coleção de moedas de ouro, de um exemplar comemorativo, que traz em sua iconografia o busto de Ayrton Senna, campeão mundial de

fórmula 1, por fim, no Museu do Dinheiro, da Associação Americana Numismática, o destaque se deu para uma moeda estadunidense de 1935, enfatizando a figura da águia como um símbolo do agressivo e violento nacionalismo norte-americano.

A exposição dos destaques é uma forma de oferecer atalhos temáticos para o professor e não um limitador do usufruto das coleções, a criação desse produto deve ser entendida como um amplificador de horizontes didáticos já estabelecidos e impulsionar ainda mais a numismática como ferramenta pedagógica.

A quarta parte do roteiro interativo é gamificada no modelo de um *escape room*, já mencionado, em que o usuário é levado a desvendar um mistério inicial e a superar desafios para destravar a etapa seguinte, finalizando com a descoberta do mistério ou do “*secret code*” para concluir o game. A escolha por esse caminho se deu pela natureza da ludificação, que perpassa na motivação, em tempos imediatistas e de baixa atenção, gerar motivação nas crianças e jovens se tornou uma tarefa complicada, ainda mais no ambiente da sala de aula, que normalmente é condicionado pelo sistema tradicionalmente engessado a ser adjetificado pelos alunos como “chato”.

O uso de jogos em sala de aula vem crescendo exponencialmente ao longo do século XX, mas seu uso não pode ser tratado como distração, mas como motivação, indicação a construção de um saber científico, onde o aluno compita, saudavelmente, com seu colega, gerando engajamento nas tarefas em sala de aula e na produção do conhecimento científico.

A cultura humana contemporânea está imersa no lúdico, fomentando significâncias diversas entre crianças, jovens e adultos, na obra do professor Paz (2018), intitulada: **“História e Gamificação: Reflexões e aplicabilidade de lúdicos no Ensino de História”** é feito um apanhado sobre a utilização de jogos no ensino, especificamente na disciplina de História, pontuando a abrangência do lúdico na cultura humana, variações de tipicidade da gamificação e seu manejo no espaço escolar e as inúmeras problemáticas que nascem com a proliferação do lúdico sem embasamento científico.

Jogos estão no cotidiano da humanidade, eles são uma parte significativa da nossa infância e adolescência. Hoje, são observados como um fenômeno presente também na fase adulta, e de formas absolutamente diversas. O mercado de jogos de tabuleiro, de livros e revistas sobre essa temática e, sobretudo de jogos eletrônicos é de um volume cada dia maior. Os jogos promovem inúmeros produtos: filmes, séries, brinquedos, itens colecionáveis, conferências de fãs, peças de vestuário e o que o mercado propor. A mídia divulga números na casa dos milhões movimentados pela indústria de jogos. (Paz, 2018, p. 09).

A gamificação está entrelaçada no exercício de redimensionar a posição do aluno/usuário num papel novo de sujeito produtor de conhecimento, colocando-o na figura de um detetive que colheu evidências para solucionar o questionamento que é apresentado para na quarta parte do roteiro interativo: game - caçando moedas; dessa maneira o aluno é levado a revisitar os ambientes museológicos para solucionar o mistério apontado no início do game, qual a moeda desaparecida? O jogo só termina quando ele acerta o *secret code* que é o objeto desaparecido (“moeda de prata”).

Continuando em diálogo com as reflexões de Maurício Fonseca Paz, a gamificação só será exitosa quando desenvolver a capacidade imaginativa do aluno ludicamente, o trabalho com a alteridade, ou seja, inserir o aluno em uma narrativa onde ele se torna participante do enredo, amadurecendo sua capacitação como sujeito histórico.

A ideia é que os jogos ou as gamificações possam realizar um (sempre bem vindo) exercício de alteridade, de se colocar no lugar do outro, no caso de outro sujeito histórico e observar e experimentar suas realidades e decisões. A fim de, minimamente, conseguir desenvolver a imaginação histórica necessária ao fomento da consciência histórica. (Paz, 2018, p. 53).

Plano de Aula - História Econômica: O Meio Digital no Cotidiano Monetário

Turma: Ensino Médio

Duração: 4 aulas (50 minutos cada)

Tema Central: A Didática das Coisas - a relação homem/dinheiro e a cultura material.

Objetivo Geral:

1. Entender a teia histórica processual e conceitual relacionada ao processo da imersão da cultura material, no espectro monetário, no mundo digital e seus impactos na construção de uma orientação ativa sobre a vivência de crianças e jovens.

Competências e Habilidades da BNCC

Competências Gerais:

1. Pensamento crítico e científico: Analisar e refletir criticamente sobre o contexto econômico e histórico do meio digital.
2. Cultura digital: Utilizar recursos tecnológicos para pesquisa, interpretação e construção de conhecimentos.

Habilidades Específicas (História - Ensino Médio):

- EM13CHS101: Relacionar diferentes temporalidades e culturas por meio da análise de fontes históricas, considerando as mudanças e permanências no contexto econômico.
- EM13CHS104: Interpretar práticas culturais e materiais como fontes históricas e arqueológicas.
- EM13CHS303: Utilizar tecnologias digitais para acessar e interpretar coleções e documentos históricos virtuais.

Sequência Didática

Aula 1: Introdução aos Conceitos Fundamentais

Objetivo: Compreender os conceitos de capitalismo, numismática, digitalização, cultura material e musealização.

1. Exposição Dialogada:

- Explique o contexto histórico do capitalismo e sua relação com o desenvolvimento de moedas/dinheiro.
- Introduza o conceito de numismática como o estudo de moedas, cédulas e outros itens monetários.
- Discuta o impacto da digitalização na cultura material e na preservação histórica.
- Explique o conceito de musealização e sua importância na preservação e manuseio da cultura material.

2. Dinâmica em Grupo:

- Divida a turma em grupos e peça que cada grupo pesquise rapidamente exemplos de moedas antigas e digitais (como criptomoedas).
- Apresente os resultados para a classe e discuta os processos comerciais desenvolvidos pela humanidade ao longo do tempo (exemplo: trocas diretas, trocas monetárias etc).

Aula 2: Visita Virtual a Coleções Numismáticas Musealizadas

Objetivo: Explorar as coleções numismáticas virtuais através do roteiro interativo oferecido e analisar os itens sob uma perspectiva arqueológica e histórica.

1. Atividade Guiada:

- Utilize uma plataforma sugerida e faça uma leitura conjunto dos itens destacados no roteiro para posteriormente os alunos, em um certo tempo, passearem pelas coleções museológicas propostas no roteiro.

- Proporcione um momento de reflexão para os alunos conversarem sobre quais itens chamaram mais sua atenção e proponha indagações integradoras como por exemplo: “Qual é a principal função de um museu numismático?” ou “Identifique a origem de uma moeda com base na descrição fornecida”).

- Oriente os alunos a identificar a origem, a datação e o contexto histórico dos itens observados, preferencialmente tomando nota (escrito manual ou digital).

OBS: atenção, pois a informação sobre a origem dos itens das coleções em questão é de difícil acesso, mas é importante a experiência da pesquisa aos alunos, assim como o entendimento deles sobre a ausência de informação também ser uma informação na construção da análise crítica.

2. Discussão em Grupo:

- Estimule os alunos a relacionar os itens às mudanças econômicas e culturais ao longo do tempo.

Aula 3: Análise Crítica das Fontes Digitais

Objetivo: Aplicar conhecimentos em análises interpretativas.

1. Debate:

- Pergunte: Como a digitalização e a musealização impactam nossa compreensão da história econômica?

- Discuta a acessibilidade e os limites das fontes digitais.

2. Produção Escrita:

- Peça aos alunos para escrever uma breve análise (máximo 200 palavras, ou seja, 20 linhas) de um item numismático escolhido na visita virtual, considerando aspectos históricos e arqueológicos.

Aula 4: Atividade Gamificada

Objetivo: Consolidar os aprendizados de forma interativa.

1. Exercício por meio de um Jogo de Investigação:

- Utilize jogo: “caça moedas” em formato de escape room digital, situado no final do roteiro interativo, como forma de experimentação do aprendizado.

- O jogo inclui perguntas que os impulsionam a usar da experiência investigativa da história e das vivências nas visitas dos museus para a resolução de problemáticas envolvidas sobre os conceitos trabalhados.

2. Premiação e Encerramento:

- Divida os alunos em equipes e premie a equipe vencedora.
- Finalize a aula com uma reflexão sobre a importância de entender o passado econômico para compreender o presente digital.

Recursos Necessários

- Computadores/tablets com acesso à internet.
- Projetor e slides explicativos.
- Link para a plataforma onde está situado o roteiro interativo.

O ACESSO AO PRODUTO SE DÁ ATRAVÉS DO SEGUINTE LINK:

<https://view.genially.com/657054638ea79a0014736086/interactive-content-roteiro-interativo-de-historia>

Avaliação

- Participação nas discussões e dinâmicas.
- Qualidade da análise escrita.
- Desempenho na atividade gamificada.

Diferenciação e Inclusão

- Ofereça suporte técnico para os alunos com dificuldade de acesso às ferramentas digitais.
- Garanta explicações acessíveis e momentos para esclarecer dúvidas durante todas as etapas.

Concluimos com a certeza de que o ensino de história possui inúmeros e poderosos aliados capazes de desenvolver e promover diversos caminhos de orientação histórica que impulsionem nossos jovens alunos a romper com o comodismo social fomentado pelo sistema capitalista contemporâneo.

Mais uma vez ressaltar as dificuldades em se produzir trabalhos de pesquisa profissional acadêmica dentro de ambientes escolares privados, primeiro pela insegurança

empregatícia que mina nosso ímpeto, fazendo-nos ocultar determinadas informações etnográficas e segundo pela desvalorização salarial que nos empurra a uma rotina exaustiva em meia dúzia de escolas, podando nosso tempo de reflexão, pesquisa e escrita, mas salientar também a potencialidade de enxergar um paralelo entre as esferas pública e privada e questionar as desigualdades sociais que recaem sobre a maneira de se ensinar e aprender a depender do chão da escola que se pisa.

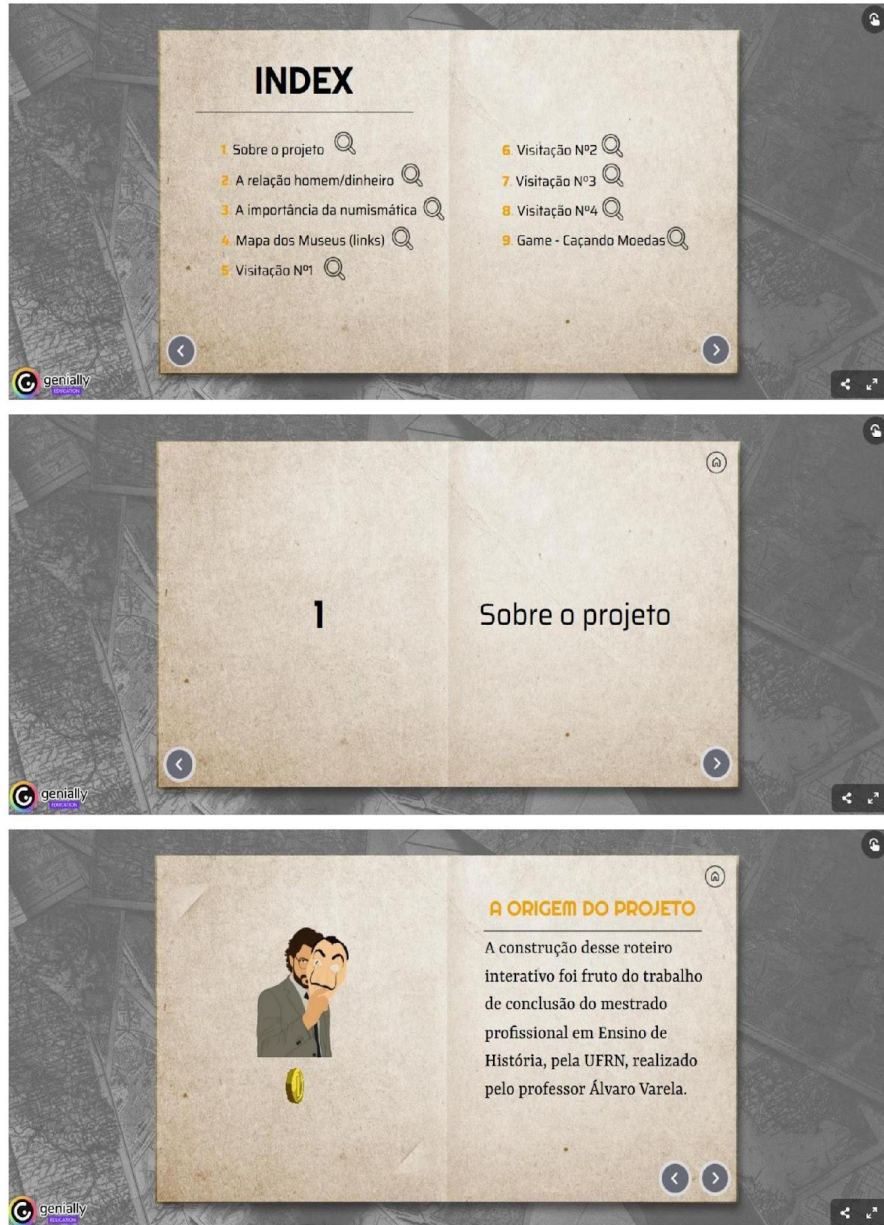
O ensino de história deve continuar em expansão, com a ampliação dos mestrados profissionais oferecidos pela rede pública de universidades, almejando a proliferação de mais trabalhos que se somam a outros tantos que integram essa complexa vivência histórica na qual estamos inseridos nos espaços escolares.

Figura 06 – Início do Roteiro Interativo



Fonte: autoria própria (2024).

Figura 07 – Andamento do Roteiro Interativo – Parte 1



Fonte: autoria própria (2024).

Figura 08 – Andamento do Roteiro Interativo – Parte 2

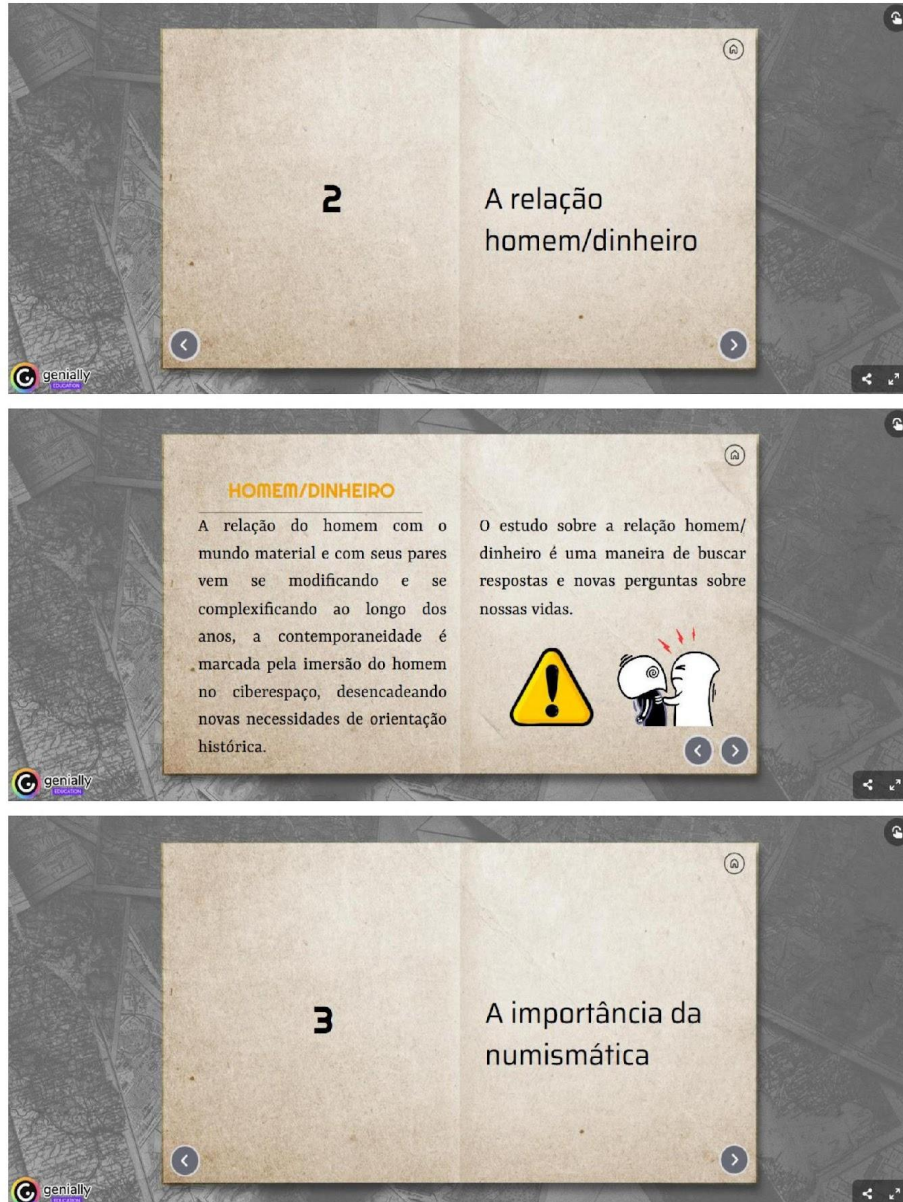


Figura 09 – Andamento do Roteiro Interativo – Parte 3

68



Figura 10 – Andamento do Roteiro Interativo – Parte 4

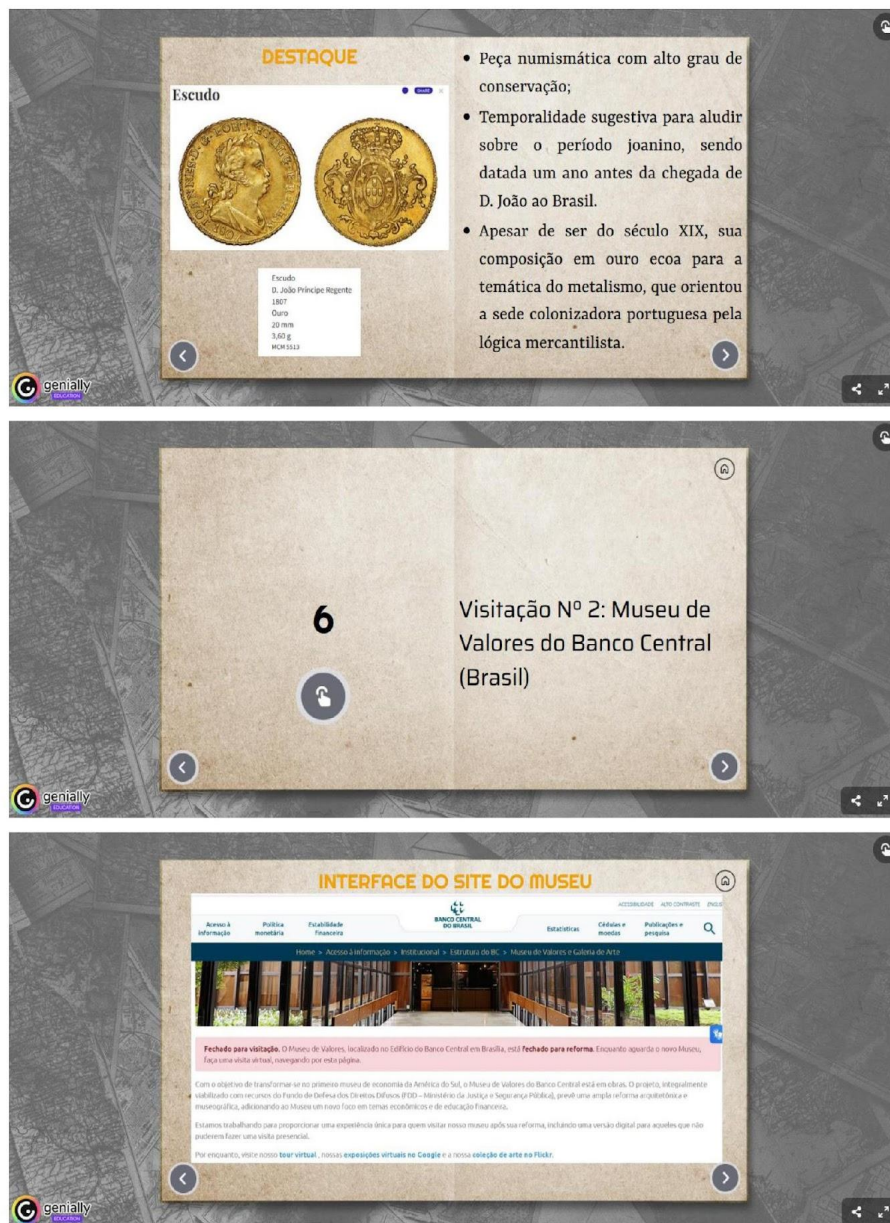
69



Fonte: autoria própria (2024).

Figura 11 – Andamento do Roteiro Interativo – Parte 5

70



Fonte: autoria própria (2024).

Figura 12 – Andamento do Roteiro Interativo – Parte 6

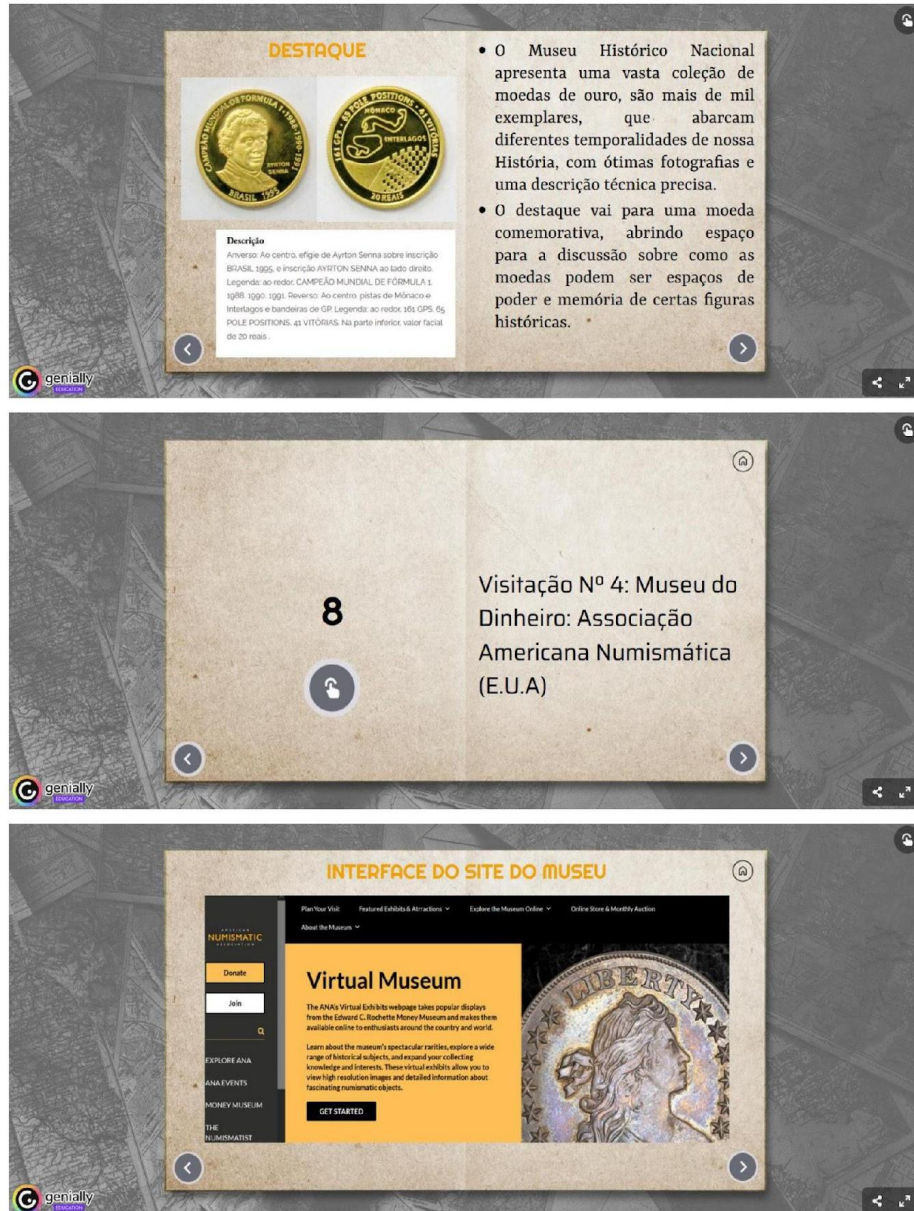
71



Fonte: autoria própria (2024).

Figura 13 – Andamento do Roteiro Interativo – Parte 7

72



Fonte: autoria própria (2024).

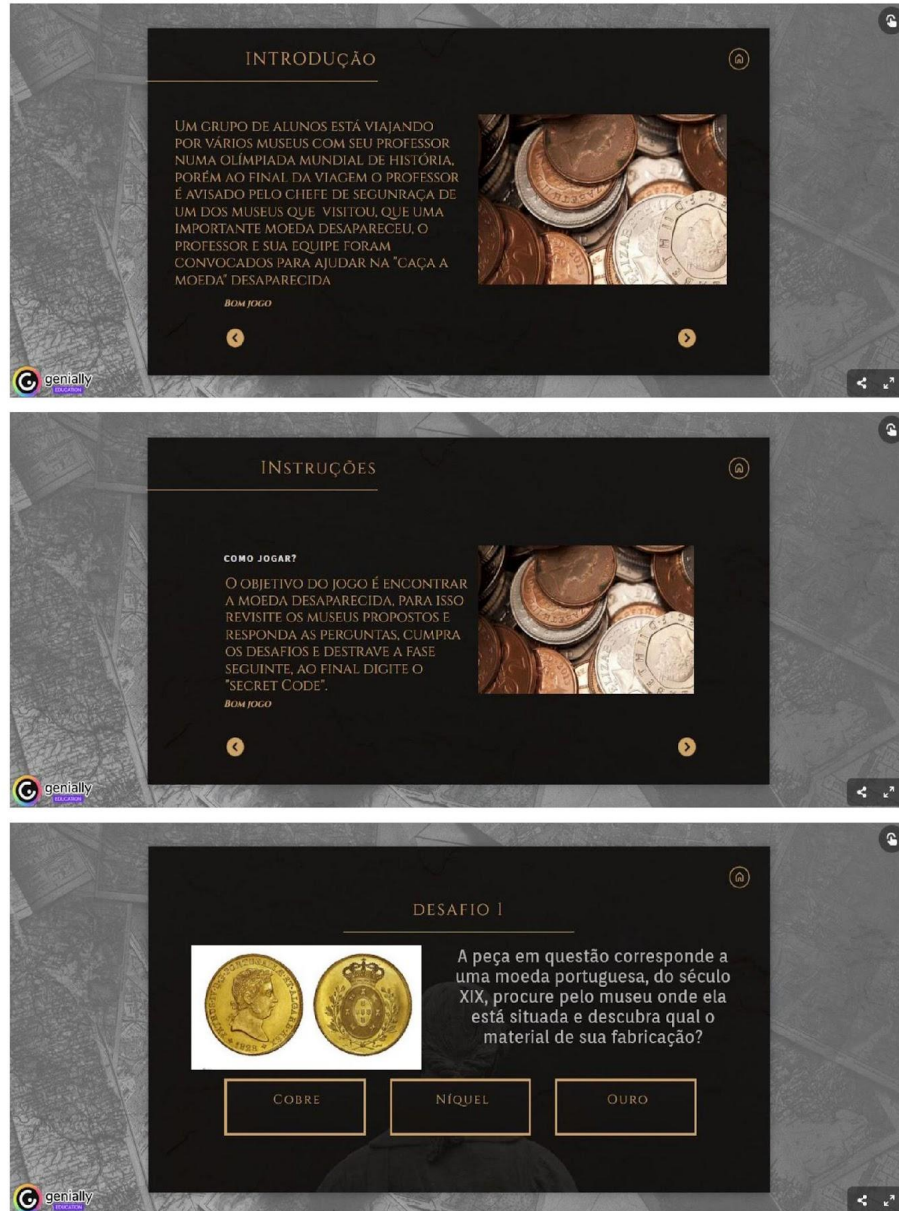
Figura 14 – Andamento do Roteiro Interativo – Parte 8

73



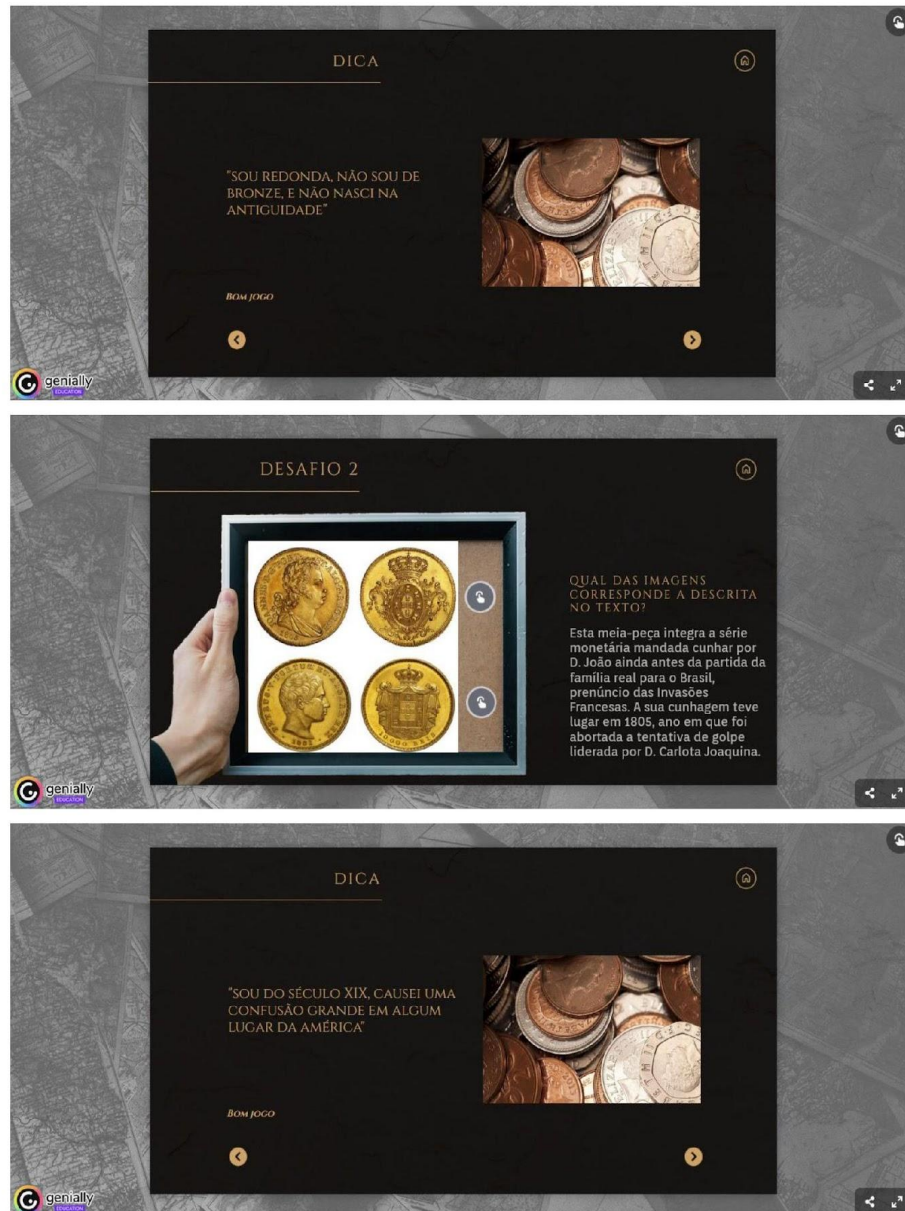
Fonte: autoria própria (2024).

Figura 15 – Andamento do Roteiro Interativo – Parte 9



Fonte: autoria própria (2024).

Figura 16 – Andamento do Roteiro Interativo – Parte 10



Fonte: autoria própria (2024).

Figura 17 – Andamento do Roteiro Interativo – Parte 11

DESAFIO 3: QUAL DOS EXEMPLARES ESTÁ CORRETAMENTE RELACIONADO COM A DATA?

1980 1888 1995



DICA

"NÃO SOU DE OURO, MAS BRILHO MUITO, MEU SOTAQUE NÃO É LATINO"

BOM JOGO



DESAFIO 4

MOEDA DE PRATA

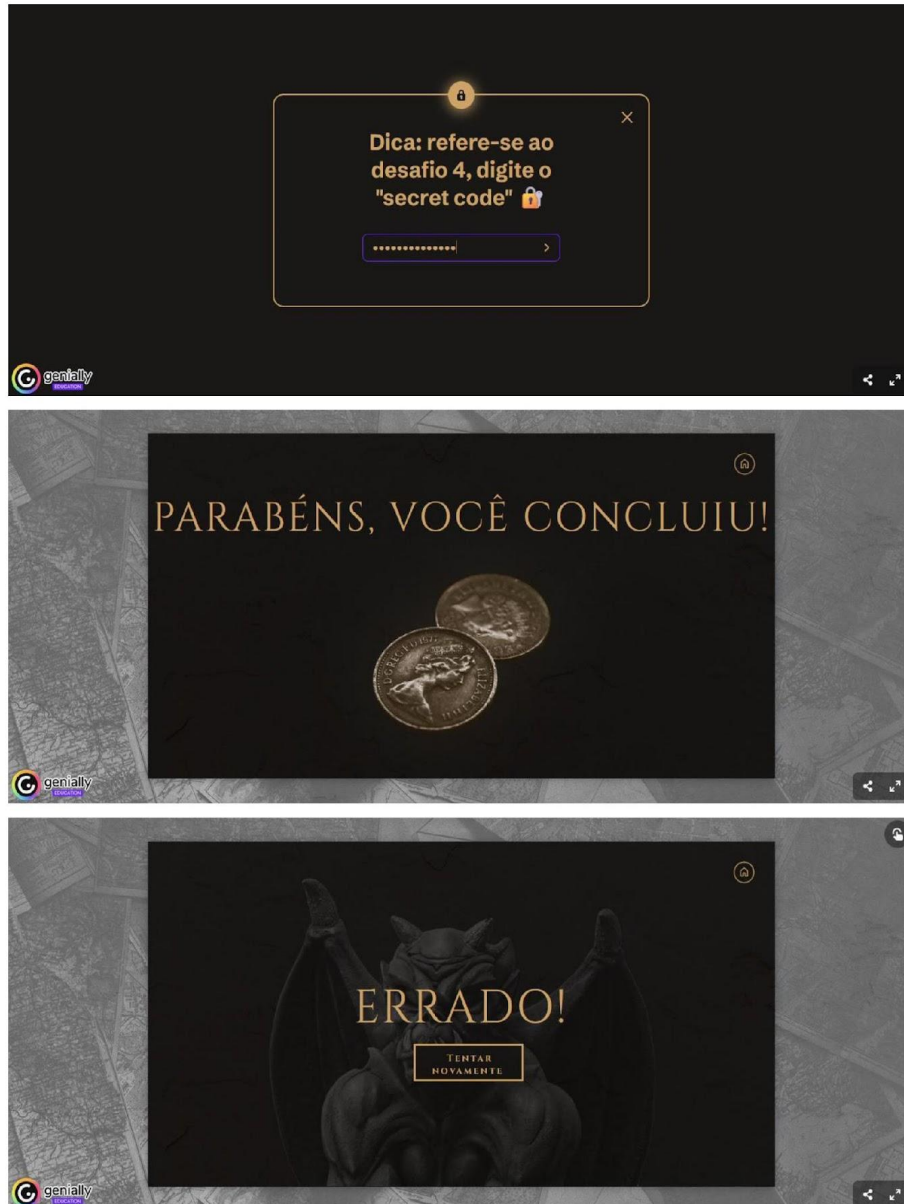
Os dólares de prata Morgan foram introduzidos em 1878 como resultado da pressão colocada no Congresso pelos interesses de prata ocidentais para reforçar o preço da prata. Os preços haviam diminuído durante a década de 1860 no rescaldo da Guerra Civil e a descoberta de enormes novas fontes de prata - especialmente o Lode Comstock em Nevada em 1859. A Lei de Cunhagem de 1873 (conhecida pelos apoladores de prata como o "Crime de 1873") encerrou o bimetallismo (o uso de ouro e prata simultaneamente como o padrão monetário) ao acabar com a produção do dólar de prata e colocar os Estados Unidos no padrão ouro. Para neutralizar isso, o Congresso promulgou a Lei de Bland-Allison em 1878, que exigia que o Tesouro comprasse quantidades especificadas de prata para ser transformada em moedas de dólar.

FALSO VERDADEIRO

Fonte: <https://www.money.org/money-museum/>

Fonte: autoria própria (2024).

Figura 18 – Final do Roteiro Interativo



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de ensino e aprendizagem deve ser retomado regularmente no exercício mental do profissional da educação, cabendo-lhe reinventar as novas demandas oriundas das aplicações didáticas corriqueiras. A vivência implica, obrigatoriamente, no nascimento de novos desafios, estes devem ser encarados como catalisadores da vontade de desconstrução, almejando sua superação e reconstrução em um mecanismo ou cenário melhor.

A desorientação histórica trabalhada na presente dissertação é uma das demandas que o mundo capitalista contemporâneo nos apresenta, sua investigação, seja pela numismática e pelo ensino de história atrelado ao campo da cultura material é um dos meios de compreender seus mecanismos de funcionamento e existência. O produto deve ser instigante para outros docentes, que possam manusear, adaptando, reinventando, redimensionando novas formas, novos meios, que a numismática e toda a cultura material sirva de inspiração para a proliferação de novas ferramentas didáticas.

O ambiente escolar precisa ser combativo e revestido de protagonismo, aproximando os alunos da realidade, seja de sua origem ou de seus redirecionamentos temporais, é evidente que não somos os primeiros e nem seremos os últimos, mas somos mais um na linha de frente da educação brasileira, buscando não só a compreensão das didáticas das coisas na relação homem/dinheiro, mas ampliando os novos caminhos do chão da escola.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, R. L. J. de. **A numismática na sala de aula: moedas que contam histórias**. 2020. 142f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Departamento de História do Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/597596?mode=full>. Acesso em: 17 mar. 2024.
- AUGUSTO, A. G. As origens do dinheiro: abordagem ontogenética e abordagem histórico-estrutural. **Revista de Economia**, v. 37, n. 3, p. 7-21, set./dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/download/27530/18337>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- BONAMINO, A. M. C. de. O público e o privado na educação brasileira: inovações e tendências a partir dos anos de 1980. **Revista Brasileira de História da Educação**, v.3, n. 5, p. 253-276, 2012. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/167323/O_publico_e_o_privado_na_educacao_brasileira.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.
- BRAGA, J. L. M. Discutindo o ensino de História mediado pelos Museus: experiências docentes no Museu de Artes e Ofícios-BH. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://acesse.dev/CUO45>. Acesso em: 17 maio 2024.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 fev. 2024.
- CARBONARI, M. Arqueologia, História e Cultura Material no Ensino de História. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CULTURA MATERIAL E ARQUEOLOGIA, 1., 2017, Passo Fundo, RS. **Anais [...]**. Passo Fundo, RS: SICMA, 2017. Disponível em: https://www.upf.br/_uploads/Conteudo/ppgh/anais-seminario-internacional/2017/carbonari.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.
- CARLAN, C. U.; FUNARI, P. P. A. **Moedas: a numismática e o estudo da História**. São Paulo: Annablume, 2012.
- CASTRO, R. P. A. de. **O uso da pintura rupestre da Região Amazônica como fonte histórica: uma possibilidade na disciplina história no sexto ano**. 2020. 119f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) - Campus Universitário de Ananindeua, Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2020.
- COSTA, P. H. F.; GODOY, P. R. T. de. O Capitalismo contemporâneo e as mudanças no mundo do consumo. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 10., 2008, Barcelona. **Anais [...]**. Barcelona: CIG, 2008. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/-xcol/330.htm>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- DI BACO, H. M., FACCIO, N. B.; LUZ, J. A. R. Das Raízes da pesquisa arqueológica a arqueologia processual: um esboço geral. **Revista Tópos**, v. 1, n. 3, p. 206–233, 2013. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/view/2233>. Acesso em: 10 mar. 2024.

DURKHEIM, É. **A Educação Moral**. Traduzido por Raquel Weiss. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

FUNARI, P. P. A.; FUNARI, R. S. Educação patrimonial: teoria e prática. In: SOARES, A. L. R.; KLAMT, S. C. (Org.) **Educação patrimonial: teoria e prática**. Santa Maria: Editora da UFMS, 2008, p. 11-21.

GUIMARÃES, C. S. P. **Aulas de História nas nuvens: os nós de ensinar História com o Google for Education** no Ensino Médio. 2020. 185f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://acesse.dev/IRcDN>. Acesso em: 10 abr. 2024.

MARQUES, F. M. B. F. **A tragédia da liberdade na Filosofia do dinheiro de Georg Simmel**. 2011. 145f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Letras, Departamento de Filosofia, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5343>. Acesso em: 19 jun. 2024.

MARX, K. **O capital: extratos** por Paul Lafargue. 2. ed. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

MATOS, I. A. P. de. Educação Museal: o caráter pedagógico do museu na construção do conhecimento. **Brazilian Geographical Journal**, Ituiutaba, v. 5, n. 1, 2014. Disponível em: <https://l1nq.com/rT3zc>. Acesso em: 17 maio 2024.

MILLER JUNIOR, T. O. Usos da Arqueologia na sala de aula. **Revista Histedbr On-line, Campinas**, n. 34, p. 167-179, jun. 2009. Disponível em: <https://acesse.dev/qiMXg>. Acesso em: 10 mar. 2024.

MOROZOV, E. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. Tradução de Claudio Marcondes. São Paulo: Ubu Editora, 2018. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5143657/mod_resource/content/1/Big%20Tech.pdf. Acesso em: 17 jun. 2024.

MOTTA, A. G. O. Museus históricos no mundo digital e suas potencialidades em sala de aula. **Revista Aedos**, v. 12, n. 26, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/104139>. Acesso em: 11 maio 2024.

NASCIMENTO, S. S. do. **Ensino de História em Escolas Públicas e Particulares de Belém-Pará: encaminhamento pedagógico e comprometimento ideológico**. 2015. 221f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade de Évora, Évora, Portugal, 2015. Disponível em: <https://acesse.dev/qitip>. Acesso em: 15 mar. 2024.

PAZ, M. F. da. **História e Gamificação: Reflexões e aplicabilidade de lúdicos no Ensino de História**. 2018. 90f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Universidade Federal Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://l1nk.dev/Uw3Qp>. Acesso em: 10 jul. 2024.
PENNA, L. de A. **Positivismo**. FGV CPDOC: São Paulo, 2023. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/POSITIVISMO.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2024.

PREGNOLATTO, F. P. **A cultura material na didática da História**. 2006. 99f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://encr.pw/uW16k>. Acesso em: 10 mar. 2024.

REDE, M. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 265–282, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5343>. Acesso em: 19 jun. 2024.

RÊGO, P. R. de M. **Cara e coroa: um roteiro para uso de moedas no ensino de história do Brasil**. 2020. 164f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2020. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/13966/2/PAULO_ROBERTO_MENEZES_REGO.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

REIS, A. S. C. Teoria da história: uma teoria da história como ciência. **Rev. Hist.**, São Paulo, n. 176, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rh/a/bRNHHs4TZZd9BxMYdGj3zRy/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

RODRIGUES, A. R. O Museu Histórico como agente de Ação Educativa. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 2, n. 4, 2010. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10423>. Acesso em: 11 maio 2024.

SANTOS, M. R. de O. Economia digital, mercado de trabalho e inclusão da pessoa com a deficiência. **Revista Uniraguaia**, v. 13, n. 1, 2018. Disponível em: <https://encurtador.com.br/LHRnF>. Acesso em: 11 maio 2024.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12 n. 34 jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2024.

SCHMIDT, M. A. *et al.* Dossiê: sentido e relevância da História no mundo contemporâneo. **Intelligere, Revista de História Intelectual**, v. 3, n. 2, set./dez. 2017. Disponível em: <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>. Acesso em: 20 mar. 2024.

SILVA, N. L. da. A Numismática na Educação: utilização de moedas como documento histórico na sala de aula. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 21, 9 jun. 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/21/a-numismatica-na-educacao-utilizacao-de-moedas-como-documento-historico-na-sala-de-aula>. Acesso em: 11 maio 2024.

TELES, T. R. A Complexa relação egoística entre o homem e o dinheiro: uma análise teórica a partir da filosofia e da psicologia. **Revista Destaques Acadêmicos**, v. 9, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/1402>. Acesso em: 20 mar. 2024.

VIEIRA, J. P. **A História do Dinheiro: Núcleo de Museu do Banco de Portugal**. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2017. Disponível em: <https://encr.pw/oZRGX>. Acesso em: 10 abr. 2024.